

# Amélia Rodrigues

Elizete Passos



Coleção Educadoras Baianas

Amélia  
Rodrigues



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-reitor

Francisco José Gomes Mesquita

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Maria de Fátima Dias Costa

Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Faculdade de Educação da UFBA

Direção

Nelson De Luca Pretto [direcao@faced.ufba.br]

Vice-direção

Mary Arapiraca [ciro@svn.com.br]

Coordenação da Pós-graduação

Roberto Sidnei Macedo [rsmacedo@terra.com.br]

Vice-coordenação

Dinéia Sobral Muniz [sobraldm@ufba.br]

Coleção Educadoras Baianas

*Amélia Rodrigues*

*1861 - 1926*

Elizete Passos

EDUFBA - FACED  
Salvador - Bahia  
2005

©2005, by EDUFBA - FACED

O conteúdo deste livro é de inteira responsabilidade do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA.

Revisão

*Tania de Aragão Bezerra*  
*Maçel Castilho de Carvalho*

Projeto gráfico: capa e miolo

*Angela Dantas Garcia Rosa*

Formatação

*Antonio Ney S. Oliveira Filho*  
*Achiles do Brasil*

---

Biblioteca Central Reitor Macêdo Costa - UFBA

---

P289 Passos, Elizete,  
Amélia Rodrigues (1891-1926) / Elizete Passos. - Salvador : EDUFBA : FACED,  
2005.  
98 p. - (Coleção educadoras baianas).

ISBN 85-232-0358-3

1. Rodrigues, Amélia, 1861-1926. 2. Educadoras – Biografia. I. Título. II. Série.

CDU – 37(091)(81)

CDD – 923.7

---

EDUFBA	FACED
Rua Barão de Geremoabo, s/n	Programa de Pós-graduação
Campus de Ondina	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n,
40170-290 - Ondina, Salvador - BA	Vale do Canela
Tel/fax: (71) 32636160	40110-100 - Salvador - BA
www.edufba.ufba.br	Tels: (71) 32637262/7263/7264
edufba@ufba.br	faced@ufba.br

# Sumário

---

## 7 Apresentação

---

### 13 Quem foi Amélia Rodrigues

- 14 Virtudes morais e traços de sua personalidade
  - 21 Escritora e poetisa
- 24 Participação em obras sociais
  - 25 Homenagens recebidas

---

### 29 A educadora

- 31 Educação
- 34 Método de ensino
  - 40 Ser professora
- 41 Natureza infantil

---

### 43 A educação moral

- 45 Moral religiosa
- 58 Patriotismo, cidadania e moral

---

### 65 Feminismo cristão

- 66 Ser homem e ser mulher

	72	A educação feminina
82		Feminismo revolucionário e feminismo cristão
	87	Aliança feminina

**95 Referências**

---



## Apresentação

A Coleção **Educadoras Baianas** compõe-se de 08 livros<sup>1</sup> destinados aos cursos de Pedagogia, Magistério Superior e demais cursos de formação de professores, bem como a pessoas que se interessem pela História da Educação e pelos estudos de gênero.

A escolha das educadoras que são estudadas em cada um deles: Amélia Rodrigues (1861-1926), Maria Luiza de Souza Alves (1862-1945), Guiomar Muniz Pereira (1895-1956), Anfrísia Santiago (1894-1970), Angelina de Assis (1915-1988), Irmã Querubina (1921), Candolina Rosa de Carvalho (1921-1973) e Leda Jesuíno (1924) se deu após a realização de uma pesquisa exploratória onde foram entrevistadas pessoas estudiosas da história da Bahia e da educação baiana, assim como levantamento e análise dos nomes de mulheres dados a escolas, bem como pesquisa em jornais da época.

A intenção era trabalhar com educadoras que se destacaram no cenário educacional, a ponto de serem lembradas e reverenciadas ainda hoje, pois nos interessava saber o que as tinha feito chegar a esse lugar de destaque numa sociedade em que o espaço público vem sendo destinado ao sexo masculino. Também procurávamos saber se elas eram provenientes de famílias de destaque social; se foram coerentes com os princípios, papéis e espaços concedidos ao sexo feminino ou se tiveram a “ousadia” e coragem de romper

com o estabelecido e escreverem sua história, mesmo que fosse em uma área tradicionalmente feminina, como a educacional. Outras categorias referentes à sua formação foram agregadas: que autores as influenciaram? O que produziram com o conhecimento adquirido? Que trajetória fizeram?

Os livros retratam a saga de cada uma delas, com suas circunstâncias, facilidades e entraves, por isso, possuem tamanhos que variam, apesar da nossa decisão ter sido por escrever textos sucintos, desde que não prejudicassem sua qualidade.

O trabalho é fruto de investigação cuidadosa e demorada em documentos, jornais, livros, resenhas e revistas; mas, principalmente da história oral. A ausência de qualquer tipo de trabalho sistematizado sobre muitas delas nos fez entrevistar dezenas de pessoas, entre ex-alunas, companheiras de trabalho, mães, pais, dentre outros depoentes.

O que não teria sido possível se não tivéssemos contado com uma equipe de auxiliares de pesquisa, estudantes dos cursos de Filosofia, História, Sociologia e Pedagogia<sup>2</sup>; com o apoio do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, através do PIBIC; assim como do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e de Produtividade em Pesquisa.

Em todos eles trabalhamos com a memória histórica e social, a partir da memória individual e coletiva. O que à primeira vista pode parecer de menor importância, entretanto, um exame acurado vai revelar seu significado e alcance. Não é à toa que Le Goffe (1996, p. 426), afirma que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Compactuando com esta tese, inferimos que conhecer o ideal de mulheres/educadoras, a partir do seu corpo de saberes e dos seus valores morais, daquilo que foi revelado ou escondido na sua prática educativa, do que foi valorizado ou não pela sociedade, saber o porque elas foram destacadas e se estavam conscientes da relação entre os meios e os fins da sua ação educativa, é uma forma de desvelar sentidos, abordar valores e entender o contexto sócio-histórico.

A **Coleção Educadoras Baianas** fecha um ciclo de estudos que vimos realizando desde meados da década de 80 sobre a educação da mulher baiana, tendo como um dos objetivos recuperar a memória da educação feminina, por acreditar que a prática educacional é uma das principais fontes de manutenção das desigualdades de gênero ou de sua superação.

Nesse empenho, realizamos vários estudos de caso tomando como objeto os colégios considerados matrizes formadoras da mulher na Bahia, tais como: o Instituto Feminino da Bahia, O Colégio Nossa Senhora das Mercês, A Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia e a Faculdade de Filosofia, da mesma Universidade.

Com isso, acreditamos ter cercado a questão por todos os lados e, assim, ser possível, a partir da recuperação dessa memória, entender os silêncios e as falas, a que e a quem eles vêm

servindo. Intentamos com isto auxiliar na implementação de ações educativas em novas bases, onde a diferença não seja tomada como desigualdade, nem a educação seja transformada em instrumento de manutenção da mesma.

O presente livro e os demais que fazem parte da Coleção compõem essa trajetória e objetivos, porém, vão além, pois procuram abarcar a educação feminina na Bahia no presente século, após já termos estudado instituições educacionais voltadas para a educação feminina, termos mapeado o seu cotidiano, suas formas de disciplinamento e de poder e o tipo de mulher que elas produziram, volta-se agora para a figura da educadora, visando conhecer seu ideal educativo, sua consciência pedagógica, suas representações sociais.

Quase todas representam um modelo de educação tradicional, centrado na figura do educador e solidamente fundamentado em valores morais inspirados na religião católica, onde a educadora tinha como papel servir a Deus e transmitir valores e ensinamentos religiosos. Algumas registraram suas idéias e convicções sobre a educação em artigos e livros, como Amélia Rodrigues, Maria Luiza de Souza Alves e Leda Jesuíno, mas todas elas as praticaram com determinação e suas marcas são indeléveis nas pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com elas na condição de alunas, colegas de trabalho ou colaboradoras.

Quanto ao sexo feminino, acreditavam que sua natureza era feita de amor, amor incondicional, amor materno. Não colocavam limites entre a mulher e a mãe, tão intrincada era a relação que elas estabeleciam entre as duas. A imagem da mulher mãe

traçada por quase todas se distancia do ser humano e se aproxima de entidades divinas. As expressões usadas por algumas delas para defini-la são esclarecedoras: “figura radiosa”, “bendita”, “sublime”, “sacrificada”.

O estudo sobre essas e outras educadoras que continuam na mente de muitas pessoas, mas se perdendo na poeira do tempo, há muito se fazia necessário. Através delas desvendamos muito da nossa história, em especial da história da educação baiana e brasileira, sem contar que elas são matrizes da formação de gerações e gerações e segredam muito do que fomos e somos.

## Notas

<sup>1</sup> No momento, estamos apresentando ao público 06 deles, os dois restantes sobre as educadoras Maria Luiza de Souza Alves e Irmã Querubina estão em fase final de redação.

<sup>2</sup> Como foram muitos, uma vez que ingressaram na pesquisa um número significativo, pois fazia parte da política do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) capacitar novos pesquisadores; e participaram do trabalho em momentos distintos, preferimos não nomeá-los a fim de não cometer injustiças.



## Quem foi Amélia Rodrigues

---

*[...] foi insigne educadora, havendo prestado à mocidade de nossa terra inestimáveis serviços. Legando à admiração e apreço dos pósteros um nome glorioso.*

Jornal *A Tarde*,  
05 de abril de  
1957

São poucas as informações conseguidas sobre a vida particular da educadora e escritora Amélia Rodrigues. Sabe-se que ela nasceu no dia 26 de maio do ano de 1861, na Fazenda Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano. Que era filha legítima do pequeno agricultor e também Escrivão de Paz, Félix Rodrigues e Maria Rachelina Rodrigues.

No ano de 1903, criou a revista *A Voz*, órgão da Liga das Senhoras Católicas, sendo sua única diretora. Ao mesmo tempo, dirigia o Asilo dos Expostos, sendo amada por todos e considerada uma verdadeira mãe para os usuários.

A partir do ano de 1918, passou a residir na cidade do Rio de Janeiro e, em 1919, fundou a agremiação feminista denominada Aliança Feminina, período em que teve forte participação na imprensa católica.

Faleceu no ano de 1926, no bairro do Tororó, na cidade de Salvador, sem honras nem recursos, mas com muita dignidade e reconhecimento, como indicam algumas das poucas manifestações

a que tivemos acesso. A direção da revista *Legionários das Missões* fez o seguinte comentário: [...] desapareceu com ela um refulgente florão, engastado por Deus no diadema da religião e das letras pátrias” (UFBA, *op. cit.* p. 49)

Sobre a pobreza material, escreveu Aristóteles Gomes, no *Jornal A Tarde* do dia 05 de abril do ano de 1957: “ Amélia Rodrigues, em extrema pobreza, mas dignificada pela sua existência, em benefício de seus semelhantes, dedicada ao bem e a assistência social, faleceu em agosto de 1926, numa casa das mais modestas, na rua do Futuro (Tororó), nesta capital”.

Também houve quem afirmasse que diante da sua obra e da luta que abraçou em favor do bem e das virtudes religiosas, ela não pode ter morrido, nem morrerá jamais.

### Virtudes morais e traços de sua personalidade

Através dos personagens que criou em seus livros, é possível inferir muito de sua personalidade. Por exemplo, em *Mestra e Mãe*<sup>1</sup>, ela demonstra que não aceitava a escravidão e advoga a favor da igualdade e da democracia. Dentre muitas cenas que colocam em foco a questão, numa ela apresenta a velha mestra, personagem do livro, abraçando uma ex-escrava. Esta fica estupefata diante da atitude da professora, pois estava acostumada com a discriminação e a subalternidade dos negros diante dos brancos. Sua motivação, como veremos a seguir, é muito mais de inspiração religiosa do que política. A atitude compõe com o entendimento que todas as pessoas são iguais, são irmãs por serem filhas do mesmo Deus, devendo ser tratadas com



respeito, amor, solidariedade, sem distinção de raça. Conforme escreveu às páginas 169 e 170 do referido livro:

[...] A cabocla estava confundida, literalmente confundida. Se bem que o padre Martins tivesse procurado inculcar na colônia os sentimentos de democracia cristã que o dominavam, contudo, naquele tempo de escravidão, os preconceitos de raça e de cor separavam profundamente a classe dos escravos libertos dos livres, por isso a cabocla não acabava de compreender como é que era possível que a mestra do arraial lhe chamasse de irmã<sup>2</sup>.

A mesma inspiração a fazia colocar-se na defesa dos indígenas, a quem ela via como sendo vítimas de outra forma de escravidão. Indignava-se com o fato de seres humanos serem vendidos e comprados como uma mercadoria, a fim de servir aos interesses dos homens livres. Na luta por superar tal situação, colocava os padres, em especial os jesuítas, como grande esperança, pois através do seu trabalho de catequese elevavam o nível de consciência dos mesmos, trazia-os para a posição de cristãos, faziam frente às injustiças sociais; eram, no seu entender, verdadeiros “pais espirituais dos selvagens”.

A catequese dos índios era tida por ela como um dever cristão e social, pois se constituiria em tratá-los como seres humanos e não como animais sem valores, vivendo à revelia da cultura oficial, causando medo e danos à sociedade e sendo também maltratados e perseguidos por ela. Como escreveu em tom de crítica à sociedade:

[...] tem sido grande a nossa incúria, minhas leitoras, a respeito deles, desses pobres indígenas corridos de mata em mata, de serra em serra. O sangue, as incursões violentas, hão sido a sua feroz

reivindicação, porque o argumento que eles conhecem é o da força da vindicta assassina é somente quando se insurgem, quando atacam as nossas povoações, é que nos lembramos que eles existem e os mandamos enxotar a bala. (RODRIGUES, 1929, p. 257)

O Evangelho seria a luz a tirá-los das trevas da ignorância, provocadas pela falta de Deus e pela falta de solidariedade cristã das pessoas. A fé amparada pela cultura cristã sanaria o duplo erro, dos indígenas e das pessoas, ambos se prejudicando mutuamente.

A defesa dos princípios religiosos e do clero é franca e sem subterfúgios. Como veremos adiante, a educação formal praticada por ela e a informal, como mestra de quantos tivessem a oportunidade de ler seus livros, crônicas e poesias, ou ouvir suas preleções indica que o seu verdadeiro objetivo era a propagação de valores cristãos e a criação de hábitos regidos pelos mesmos.

Sob esse prisma, entretanto, ela discutiu ou deu visibilidade a sérios problemas sociais, como os apontados acima, e mais: a seca no Nordeste brasileiro, a falta de proteção a que as pessoas pobres viviam e a situação da mulher<sup>3</sup>, para citar alguns.

Na revista *A Voz*, do ano de 1925, ao falar às mulheres<sup>4</sup> e em muitos outros momentos, ela apresenta a *humildade* como outro traço marcante de sua personalidade. Diz da missão que lhe foi concedida, decerto por Deus, para transmitir sua mensagem e seus valores, porém que se considera incompetente para tanto e “incapaz de atrair e convencer”, de modo que o fará apenas como um dever.

A humildade é uma virtude que todas as educadoras por nós estudadas fizeram questão de destacar, ao lado da caridade e do amor ao próximo. Mesmo educadoras importantes, que ocuparam lugar especial no cenário baiano, como Amélia, fizeram questão de mostrarem-se humildes. Em seus discursos, elas falam da falta de dotes intelectuais e de oratória, dizem-se insignificantes e apenas servidoras de Deus, numa clara adesão ao modelo feminino presente na Bíblia Sagrada. Nela, as mulheres são moralmente fortes<sup>5</sup>, dedicadas aos outros, vivendo para Deus, para a família, para os pobres e sofredores, sem ambições de qualquer espécie, nem projetos pessoais.

Em nossa pesquisa, as educadoras estudadas, dentre elas Amélia Rodrigues, tinham projetos de vida e viveram em busca de realizá-las. Entretanto, fazem questão de frisar que eles não são delas nem do mundo material, e sim de Deus e para a sua glória. Diante do que, não devia sentir, como escreveu Amélia, o “gostinho” para não se apossar do que não lhe pertencia.

Muito antes de 1925, ainda no ano de 1907, em artigo intitulado: “Verdadeira missão da mulher”, ela exteriorizou com toda a clareza o ideal de humildade que carregava e fazia questão de divulgá-lo:

[...] porque me atrevo a levantar-me agora diante de vós, para confiar-vos o que sinto, eu, que nunca fui pedir as assembléias mundanas uma parcela de seus aplausos, eu, que vivo despretensiosamente à sombra de tranqüilo retiro escolar, onde jamais se pulverizam espumas de eloqüência e onde apenas posso manejar a frase chan do ensino e ouvir garrulices de crianças, que unicamente me convidam ao torneio do sorriso e nunca aos embates da palavra fulgurante?

Decerto o empenho em mostrar-se humilde, colocando peneira em fatos, como dissemos, é uma atitude de quem assumiu e se comprometeu com os valores da moral religiosa, pois mesmo não procurando, como afirma, ela participava com destaque dos meios intelectuais, destacava-se através dos seus livros, contos e poesias, editoriais de revistas<sup>6</sup>, assim como em conferências, discursos e participação em debates.

Em várias situações, mesmo estando diante de uma platéia<sup>7</sup>, ela faz questão de se dizer pequena, através de expressões como: “sou um grão de areia”, “sou uma folha morta”, “meus lábios incompetentes”, “minha palavra simples, desprovida de encantos”, ao tempo em que reputa aos outros todos os poderes e qualidades, como com as mulheres, ao instigá-las e convencê-las sobre seu papel no mundo: “sois o raio de sol que faz abrir-se em fritos a planta anêmica porque nascida à sombra; possuis a varinha mágica do amor, donde brotam prodígios” (RODRIGUES, 1921)<sup>8</sup>.

A atitude se repete várias vezes, como no dia 28 de março do ano de 1915, ao proferir palestra sobre o carnaval no Salão dos Vicentinos, no bairro da Mouraria, em Salvador: [...] não espereis apuro de frase nesta palestra. Nunca pude rendilhar expressões, nem vestir de ouro e seda minhas fracas idéias. Muito menos agora. Mas, ouvi-me assim mesmo”, desculpou-se antecipadamente diante da platéia.

Além da humildade, fazia parte da personalidade da educadora e escritora Amélia Rodrigues a *tenacidade*. Movida pelo mesmo ideal cristão, ela não encontrava barreiras que a fizesse recuar. Lutava com todas as forças para ver suas idéias, que se confundiam com as da igreja católica concretizadas; não levando em conta nem mesmo sua saúde física.

Seus objetivos tinham o ser humano sempre como centro, na qualidade de ser divino ou a ser reconduzido a Deus, assim, ela se caracterizava como uma humanista. Lutava pela educação, pelas questões abolicionistas, pela moralidade e pela melhoria dos seres humanos, especialmente das mulheres.

Também é evidente na personalidade da educadora o preconceito contra as atitudes mais avançadas das mulheres, como, por exemplo, quanto à moda e, o desejo de ocuparem cargos idênticos aos dos homens. Em um texto do ano de 1923, intitulado *Ação Social Feminina*, ela reage à atitude de uma mulher protestante que se apresentou na Inglaterra paramentada para pregar. Riu da atitude e teceu críticas ao protestantismo, ao feminismo, ao tempo em que demonstrou sua preocupação: “[...] faz rir: mas se o protestantismo dá tanto pano para mangas de liberdade, não admira que o feminismo<sup>9</sup> consiga talhar nele mangas para si também” (p. 14-15)

Outra situação onde a educadora posiciona-se de forma preconceituosa é quanto ao comportamento de mulheres que seguem a moda. Trata-as como desavergonhadas e desviantes do caminho que Deus e a sociedade lhes havia reservado: a luta em favor dos pobres, as campanhas contra a pornografia, a tuberculose e o alcoolismo, colocados por ela no mesmo patamar. Nisso, não nega que muitas mulheres trilham o caminho correto, mas são ameaçadas por outras desencaminhadas: “[...] mulheres sem pudor, ébrias, desgrenhadas ou toucadas de flores, não tendo vesti-las senão a sua desgraça moral, desfilavam nas ruas, dando o espetáculo da maior indignidade a que se possam descer as filhas de Eva” (RODRIGUES, 1915, p. 05).

O carnaval também é alvo de suas críticas e ele faz parte do elenco dos seus preconceitos. Reconhece que as pessoas precisavam de lazer e de descontração, até mesmo que não é pecado vestir uma roupa colorida e sair pelas ruas a dançar, também não o é observá-lo, mas descreve a atitude de quem se dispõe à cena como vergonhosa e desqualificada. Considera tais pessoas como “macacos”, como sem valor a ponto de usar esses artifícios para atrair a atenção dos outros sobre elas. Enfim, o carnaval é para ela: píffio, descortês, e desrespeitador de tudo e de todos.

Severa crítica da sociedade, em especial do comportamento feminino, demonstra que possuía bom envolvimento social e se mantinha informada de tudo o que acontecia, até mesmo das atitudes ditas profanas e vergonhosas como o carnaval. Por exemplo, sabia como algumas mulheres se comportavam nele, o que vestiam, como dançavam e tudo o mais. Como relatou em uma conferência por ela proferida no ano de 1915, sob o título O carnaval:

[...] e puseram nariguetes, vestiram pijamas e dominós, subiram em pranchas enfeitadas, donde a luz elétrica jorrava e andaram a cidade toda, envoltas no riso carnavalesco, algumas delas dançando na prancha, dançando maxixe, a dança imoral das mulheres sem brio... voltaram alta noite gritando... niveladas com aquelas desgraçadas da rua, com quem elas em dia algum se nivelam jamais. (RODRIGUES, 1915, p. 8)

Além disso, ela critica as pessoas vaidosas e as orgulhosas, deixando claro que ambos são deploráveis. Ambos devem ser rejeitados, a primeira porque é ridícula e ferina e a outra por ser insultante e odiosa.

Outra vez, o alvo é a mulher a quem ela conclama a deixar de lado as atitudes fúteis e vulgares, como as festas profanas, os enfeites e divertimentos, e a seguir o caminho das senhoras educadas e cristãs de outros países, na luta em prol da felicidade dos entes queridos e da Pátria.

## Escritora e poetisa

Seu talento intelectual começou a ser revelado muito cedo, reforçado pelos ensinamentos do Cônego Alexandrino do Prado, que foi um guia primoroso nos primeiros passos que Amélia deu na vida intelectual.

Com 19 anos, a imprensa baiana já havia publicado alguns dos seus trabalhos, como por exemplo, *Filenilla*, considerado fruto do seu sentimentalismo adolescente, entretanto ele já traduzia o talento da futura poetisa e por isso recebeu crítica positiva da imprensa. Além do talento literário, a imprensa também a via como de espírito “vivo e fulgurante”.

Além da imprensa, a jovem poetisa contava com o apoio e incentivo do Barão de Viçosa e do Dr. Antonio Joaquim Passos, poetas que acompanhavam seus passos e procuravam incentivá-la, assim como de representantes da igreja católica, como o Cônego Emílio Lobo e Epiphânio Bitencourt.

Com 38 anos de idade, no dia 23 de dezembro do ano de 1899 foi encenada, com muito sucesso, no Teatro Politeama, uma peça de sua autoria baseada na Bíblia e denominada *A Natividade*. A mesma foi musicada pelo Maestro Remígio Domenecchi e teve cenário de Manoel Lopes Rodrigues.

Antes, porém, já havia estreado no teatro da cidade de Santo Amaro o seu drama denominado *Fausta*, com enorme audiência, onde a autora foi aplaudidíssima.

A população de Santo Amaro, cidade do Recôncavo Baiano, fez para a autora grande comemoração, com entrega de flores e caminhada ao som de marchas, que rotulam de “triumfais”.

A contribuição de Amélia foi profícua em todas as áreas da literatura. Para o Teatro, escreveu contos, monólogos, diálogos, dramas e comédias, como, por exemplo, *O Filho Adotivo*, em três atos, e *Farsa*, que foram encenados na Bahia e em outros estados, sendo bem recebidos pela crítica e ganhando espaço em revista do Rio de Janeiro.

Na categoria de poemas, sua produção também é exemplar: *Sonhos de Gutemberg*, *O Leproso*, *Minha Pátria*, *Ao Dois de Julho*, *A Abadessa da Lapa*, *Poemas Bem me Queres*, livro que foi doado aos Salesianos a fim de contribuir com a construção da sede da escola da Ordem.

Também a infância foi objeto de suas preocupações, para quem escreveu a comédia intitulada *A Madrasta*, no ano de 1902; o drama *Borboleta e Abelha*, em 1920; além de *O Bilhete de Loteria* e *Marieta das Flores*.

Para jovens e adultos escreveu inúmeras obras, tais como: *Progresso Feminino*, comédia de 1924; *Uma Flor do Destino*, que se constituiu da biografia da Madre Vitória da Encarnação, também do ano de 1924; em 1926, escreveu *Noção da Vocação Sacerdotal*, em seguida *Flores Recreativas*, *Contos Avulsos*, *Rosas do Lar*, dentre outros, ligados ao Abolicionismo.



Foi uma mulher engajada com as questões sociais, traduzindo tais preocupações tanto em sua prática quanto nas idéias defendidas. É possível encontrar nos escritos de Amélia Rodrigues em discussão questões como a seca do Nordeste, a escravidão, o racismo, a situação de gênero e o abolicionismo em momento que esses assuntos eram pouco discutidos, até mesmo por homens.

Por exemplo, no ano de 1866, escreveu versos e artigos sobre o abolicionismo, onde defendia ardorosamente os escravos e falava da “mancha da escravidão”. A avaliação feita no decorrer dos tempos por estudiosos e admiradores diz desse empreendimento “[...] essas composições demonstram seu apaixonado interesse pela causa da abolição, através de uma expressão social e filosófica admirável, capaz de produzir mais efeitos psicológicos do que outras palavras veementes, ameaças e impropérios” (UNIVERSITAS, n. 39, p. 43).

O ano de 1888 também foi próspero em publicações, onde ela continuou abordando os mesmos temas, entretanto, o foco de suas abordagens era a religião e a moral cristã, de inspiração Católica. Dessa época destacam-se poesias, obras religiosas, como *Flores da Bíblia*, que recebeu críticas favoráveis e de admiração de estudiosos e religiosos, algumas delas publicadas em jornais da cidade de Salvador, como foi feito no dia 03 de agosto do ano de 1960. Também seus romances receberam elogios e foram acolhidos com admiração, como ocorreu com *O Mameluco*, que foi divulgado em vários jornais do interior baiano, dentre eles o *Echo Sant'Amarense*. De todos, porém, o mais festejado é o clássico livro intitulado *Mestra e Mãe*,

de 1898, um verdadeiro tratado de educação moral cristã, que será objeto de nossa análise em capítulo posterior.

## Participação em obras sociais

Em 04 de agosto de 1907, Amélia Rodrigues fundou a Associação das Damas de Maria Auxiliadora; no ano seguinte, 1910, inaugurou a Liga Católica das Senhoras Baianas. Além dessas, participou de várias associações religiosas, como: Oblatas de São Bento, Ordem Terceira de São Francisco e Dama de Caridade da Providência, todas voltadas para fins caritativos e beneficentes.

Também no ano de 1910, ao lado de Maria Elisa Valente Moniz de Aragão e Maria Luiza de Souza Alves, criou a primeira revista feminina da Bahia, intitulada *Paladina*. Em 1912, por causa não registrada, ela deixou a referida revista e criou outra, de nome *A Voz*, órgão oficial da Liga e que circulou até o ano de 1920.

Contribuiu com inúmeras revistas e jornais da época: *Pantheon*, *O Álbum*, *A Renascença*, *Leituras Religiosas*, *Estandarte Católico*, *Almanaque das Famílias Católicas*, *Revista Santa Cruz*, *Vôzes de Petrópolis*, *Luz de Maria*, *A União*, *Pequena Semente*, dentre outros.

Sua incansável participação nas ações sociais pode ser assim sintetizada:

[...] Se não bastasse a grande obra social que realizou, abnegada, estóica, na vanguarda das Damas de Maria Auxiliadora e quantas instituições de caridade estrênuamente participe, as cintilações de seu talento, verberando ali e alhures, por si sós lhe dão direito a mais gloriosa imortalidade. (DAMÁSIO, 1957)

## Homenagens recebidas

No dia 05 de abril do ano de 1957, décadas após a sua morte, o jornal *A Tarde* enalteceu suas qualidades como educadora: “[...] foi insigne educadora, havendo prestado à mocidade de nossa terra inestimáveis serviços. Legando a admiração e apreço dos pósteros um nome glorioso”.

Também registra sua atualidade metodológica e a forma alegre e entusiasta com que exercia a prática educativa. As lembranças de uma ex-aluna foram descritas pelo seu neto, nos seguintes termos:

[...] lembro-me de ouvir minha avó contando como era dócil e exigente a um só tempo, como sabia ensinar a perfeita dicção, a pronúncia exata das palavras, a entonação que emprestava brilho às frases. Com que facilidade transmitia o francês e quão rápido aprendiam seus alunos. Quantas noções de etiqueta, de bom tom, de finura, sem jamais cair em exageros, perfeito toque de classe. (*A TARDE*, 05/04/57)

A descrição confirma o perfil de educadora do final do século XIX até meados do XX. As educadoras nesse período possuíam uma aparência física distinta, bem cuidada, porém sóbria e simples. Nada que pudesse desviar o interesse do aluno para a sua figura e, menos ainda, que colocasse em dúvida sua postura moral. Também fala da competência técnica e do empenho e seriedade com que desempenhavam a “missão” de educar. Evidencia-se ainda uma personalidade que procurava equilibrar a ternura com a austeridade, um misto de amor materno com determinação, consciente da importância de sua função

na formação de novas gerações, a quem deveria encantar, tê-las como parceiras, amigas e confidentes e ao mesmo tempo se fazer respeitada e seguida.

O historiador Pedro Calmon, citado na *Revista Universitas* já referida, também enaltece as qualidades da educadora com as seguintes palavras: “[...] foi uma das professoras, das maiores do seu tempo, uma idealista, das melhores da sua época” (p. 41-42).

No dia 26 de março do ano de 1961, o jornal *A Tarde*, maior veículo de divulgação do estado da Bahia, trouxe um artigo intitulado: “Urgente a revisão da obra de Amélia Rodrigues”, em que, dentre outras coisas, registrou as comemorações organizadas pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pela passagem do centenário de nascimento de Amélia Rodrigues. A data foi festejada por outras instituições, como o Instituto Feminino da Bahia e o colégio estadual que recebe o seu nome. No primeiro, houve recital de suas poesias, exposição de seus livros, conferências e artigos.

Apesar disso, desde o final da década de 50, a imprensa veiculava notícias que demonstravam o abandono com que os órgãos públicos e a cultura local haviam deixado a obra da educadora/escritora. Exemplo disso foi o artigo de Jêsse Damásio, então diretora do Colégio que levava o nome de Amélia Rodrigues, intitulado “Gabriela Mistral Brasileira”. Nele, além de enaltecer as qualidades da educadora, evidenciou sua revolta, como está registrado: “[...] assim venho trazer-lhe prazerosamente, oportunas informações sobre a vida e obra da mais vigorosa inteligência feminina do Brasil de todos os tempos” (*A TARDE*, 1957).

A “apresentação” da educadora às novas gerações fazia-se necessário, pois segundo a relatora, os órgãos responsáveis não haviam cumprido com sua obrigação. A denúncia é exteriorizada em tom de revolta e crítica à cultura baiana e brasileira, assim como as autoridades e o povo, que haviam deixado a insigne personalidade cair no esquecimento e sua obra ser quase desconhecida naquele momento. Situação que, para ela, era motivo de vergonha para a sociedade e uma “humilhação” para a nossa cultura. A queixa, levada a público pela diretora de colégio, encontrou eco em outras vozes que saudosamente também criticam a falta de divulgação e de cuidado com a memória e a obra da autora.

A situação pode ser analisada sob vários ângulos: o descaso dos poderes públicos com a memória do seu povo, a falta de uma atitude cidadã e, a partir de uma perspectiva de gênero, o desinteresse em visibilizar os feitos femininos. Isto porque a contribuição de Amélia Rodrigues na literatura baiana e brasileira, sua participação em lutas sociais, sua prática educacional são acima do esperado e permitido às mulheres de sua época. Invés de seguir o caminho considerado “normal” para as mulheres, o do espaço privado do lar, vivendo a serviço do bem-estar de filhos e marido, ela optou por uma vida celibatária e pelo espaço público, de quem passa pela vida e deixa rastro.

## Notas

<sup>1</sup> O mesmo será tratado em capítulo subsequente. Traduziremos livremente a linguagem antiga pela atual.

<sup>2</sup> Optamos por traduzir a linguagem arcaica pela atual.

<sup>3</sup> O assunto será tratado em um capítulo específico.

<sup>4</sup> As mulheres são suas principais interlocutoras, decerto sabendo do grande vazio que havia na educação feminina na Bahia e no Brasil e, principalmente, do papel que a Igreja Católica havia adjudicado às mães da transmissão dos valores religiosos e da formação da personalidade dos filhos e das pessoas em geral, pois elas vêm sendo consideradas as primeiras e mais eficientes educadoras.

<sup>5</sup> O assunto é discutido por Elizete Passos no livro intitulado: *Mulheres Moralmente Fortes*, 1993.

<sup>6</sup> Durante algum tempo ela foi responsável pela Revista *A Paladina do Lar*, a quem competia redigir os editoriais.

<sup>7</sup> Como ocorreu no dia 27 de outubro do ano de 1921, ao proferir conferência na Associação dos Empregados no Comércio.

<sup>8</sup> Na conferência de 1923, ela assim se referiu à sua suposta falta de competência: “[...] outra mentalidade que não a minha tão curta acharia copiosa mina de inspiração, para deliciar-vos, nessa aliança do grande representante da vida divina com os representantes da vida em flor, que em torno dele formam linda grinalda primaveril. Eu, ignorante, mal posso apanhar rápido aspecto dessas relações, que se desenvolvam em maravilhas múltiplas, e vão atingir alturas inacessíveis à minha fraquíssima visão” (p. 5).

<sup>9</sup> Discutiremos suas idéias sobre o feminismo em um capítulo específico.

*[...] ensinar é tão  
belo quanto  
aprender. Repartir  
com os outros  
o cabedal do  
espírito é uma  
nobilíssima tarefa.*

Amélia Rodrigues,  
1929

No final do século XIX, o máximo que uma mulher poderia pretender no campo profissional era tornar-se professora. Amélia habilitou-se para o exercício do magistério primário no colégio mantido pela senhora D. Cândida Alvarez dos Santos, pois naquele momento não havia obrigatoriedade do Curso Normal. O rito de passagem da condição de aprendiz para a de professora deu-se através de concurso presidido pelo Presidente da Província da Bahia, Dr. Pedro Luiz Pedreira de Souza, a quem competia dirigir os atos à época. Seu brilhantismo foi amplamente comentado, inclusive através da imprensa local e estadual.

Começou a ensinar no então Arraial da Lapa, depois foi transferida para o município de Santo Amaro, onde exercia a profissão, conforme depoimentos escritos, com entusiasmo e grande aceitação. Todavia ela não se considerava satisfeita porque seus sonhos eram bem maiores do que as possibilidades que a localidade poderia oferecer-lhe, o que a levou a subme-

ter-se a novo concurso a fim de trabalhar na capital, transferindo-se para Salvador no ano de 1891.

Seu desempenho profissional em Salvador continuou a ser alvo de elogios, como vimos anteriormente, não só pelas famílias como também pelas autoridades ligadas ao ensino, como a “Superior Administração” que, dentre outras formas de expressão, enviava-lhe ofícios de louvor. (BARROS, *op. cit.* p. 39)

No ano de 1899, fundou sua própria escola, o Colégio Maria Antonieta, no bairro do Bonfim, na Cidade Baixa, em Salvador, sendo transferida depois para a Cidade Alta, no Caquende, no bairro de Nazaré.

Colégio bem conceituado, atendendo a uma clientela mista, no regime de co-educação em uma época em que o comum era a educação separada por sexo. Teve alunos das famílias tradicionais da cidade como a Junqueira Aires e Reis Gordilho.

Para conhecermos melhor a educadora, especialmente seu conceito de educação, metodologia, fins da educação, faz-se necessário analisar o seu compêndio de Educação Moral e Cívica, intitulado *Mestra e Mãe*.

É um romance com conteúdo de livro didático e de formação moral, publicado no ano de 1898. Foi recebido com elogios pela imprensa e por ilustres leitores, como Ruy Barbosa, que o divulgou em suas colunas de *A Imprensa*, no Rio de Janeiro. Posteriormente, em dois momentos, pelo menos, o livro foi lembrado como sendo prestimoso à educação e merecedor de novas edições. O primeiro deu-se no final dos anos 20 do século passado, quando o governo estadual pensou em reeditá-lo e, mais recentemente, no final da década de 50, quando o jornal



*A Tarde*<sup>1</sup>, principal meio de divulgação do Estado da Bahia, veiculou artigo de autoria de Aristóteles Gomes, com o seguinte teor: “[...] agora, um apelo à Secretaria de Educação, no sentido de estudar a possibilidade de reeditar sua obra *Mestra e Mãe*, para distribuição às crianças das escolas públicas[...]”.

O livro tem 314 páginas e está dividido em quatro partes. Abre-se a primeira parte com o subtítulo “Nem só de pão vive o homem”, um anúncio da forte base religiosa que a autora imprimirá ao mesmo. Um dos principais personagens do livro é o dono da fazenda, um padre, a quem ela descreve como terno, companheiro, patriota e preocupado com o povo e o país. Outra marca forte da obra é a relação entre educação, moral, religião e patriotismo, como veremos no desenrolar.

## Educação

Educar é considerado pela educadora como uma atividade grandiosa que deveria ser colocada em primeiro plano. Através dela domesticava-se as pessoas, moldava-lhe o caráter transformava-se os rudes e valentes. Tanto mais importante é que a mesma consistia, segundo a autora, em um ato de *caridade*, pois, como escreveu: “[...] ensinar é tão belo quanto aprender. Repartir com os outros o cabedal do espírito é uma nobilíssima tarefa”.

O conceito de educação vai sendo enredado na mesma teia do de moral ao longo da obra. Por exemplo, critica severamente a falta de professora na zona rural, no contexto da história, na fazenda, para ministrar aulas às meninas porque a anterior preferiu ir

viver na capital. Seu argumento central é que a professora agiu sem caridade e motivada pela vaidade e a futilidade das coisas que a cidade grande oferece, pois: “[...] precisamente onde a treva é mais espessa, mais famosa é a caridade” (RODRIGUES, 1929, p.16). Assim exorta as jovens mulheres brasileiras a não se furta-rem a cumprir tal “missão”. Sendo chamadas a ela deviam exercê-la sem restrições e escolhas de qualquer ordem, visando apenas o *bem estar* e a *felicidade* dos que dela precisassem.

A falta de educação é considerada uma das piores chagas e a falta de dedicação a ela um dos mais sérios males, pois estaria indo contra ao ensinamento do Evangelho que diz “ide, e ensinai a todas as nações”, assim, ensinar é “abrir horizontes novos a quem só vive para a matéria”. Coloca-se então o verdadeiro sentido da educação para a educadora: servir a Deus e transmitir valores e ensinamentos religiosos. Como escreveu: “[...] a instrução é a luz; a ignorância é a treva e a cegueira do espírito” (RODRIGUES, *op. cit.* p. 57).

A educação é importante apenas quando tiver como centro uma forte *orientação moral*, pois a instrução não assegura a formação do caráter, tanto é assim que existem pessoas com excelente instrução e “maus modos e sentimentos vis”, assegura a educadora e escritora Amélia Rodrigues.

Posto essa condição ela apresenta a segunda, tão importante senão mais importante do que a primeira: “[...] não pode haver moral sem religião, e vive-versa” (RODRIGUES, *op. cit.* p. 58). Afirmava que uma moral que não estivesse fincada na religião seria manca e só de aparências. Isso porque a religião é tida por ela como a base incorruptível e sólida de toda moral e de toda

educação. Como recomendava, usando como porta voz a educadora do seu livro, a educação deveria ser modelada pelo Evangelho e nutrida com a “seiva vigorosa da fé”.

Da mesma fonte vem o seu conceito de melhor escola, não como a melhor aparelhada<sup>2</sup>, nem a que usasse métodos atualizados, mas a que fosse capaz de formar os cidadãos e melhor lhes inculcar as virtudes da moral cristã, articuladas com um forte amor pela Pátria e por seu desenvolvimento religioso. Como escreveu, a boa escola seria aquela que trabalhasse “[...] pela instrução e pelo progresso religioso do Brasil” (*op. cit.* p. 63).

Com esse propósito, coloca nas mãos da *educadora* uma grande responsabilidade, pois segundo ela, uma boa professora fazia milagres. A ciência estava em tratar os alunos com carinho, como suas verdadeiras mães, e com rigor, a fim de garantir a obediência, tida como principal qualidade do educando: “[...] a obediência é a primeira qualidade naqueles que se educam. Sem ela nada se pode conseguir”, asseverou a escritora através da personagem central do seu livro, a professora.

Esta é retratada física e moralmente: de roupa preta, cabelos presos em coque, olhar calmo, profundo, inteligente e senhorial, do mesmo modo altiva, simpática, digna e sóbria. Como dissemos, a sociedade vem delineando o perfil ético e estético das educadoras e esse será o hegemônico durante toda a primeira metade do século XX.<sup>3</sup>

A estética da vida moral da educadora coloca o amor, a dedicação e a doação como ingredientes insubstituíveis. Uma educadora deveria ser feita de amor e talhada para a dedicação, a ponto de se doar de corpo e alma à causa.

## Método de ensino

A autora se mostra contra o processo de memorização e considera que as crianças têm uma idade certa para o aprendizado intelectual, chegando mesmo a repreender pais que forçavam seus filhos e filhas, antes da hora, a memorizarem poesias e aprenderem a ler. Práticas que ela reputava como responsáveis por muitos problemas de ordem física e emocional, como o raquitismo e o embotamento da inteligência.

A crítica resvala, como de resto tudo o que ela falava ou escrevia, para o plano moral, ao afirmar que submetiam suas filhas e filhos a tal rigor antes do tempo por ignorância ou por vaidade, visando exibí-las em eventos sociais ou rodas de amigos.

A crítica não é feita de forma inconsciente ou como um preceito universalizante, de modo que ela destaca também o oposto, crianças ávidas por aprender, que perguntam tudo e se interessam em desfazer todas as dúvidas e outras que são indiferentes e precisam ser estimuladas. Com isso, ela defende, mesmo sem ter escrito nada especialmente sobre o assunto, uma educação diferenciada, que considerasse as dificuldades e potencialidades dos alunos.

Também é visível ao longo do texto que a educadora tinha idéias avançadas quanto ao espaço físico e os recursos audiovisuais a serem usados no processo educativo. No primeiro aspecto, defende que toda escola, até a mais simples, como a retratada por ela no livro *Mestra e Mãe*, deveria ser confortável, sem luxo, mas à altura da grande missão de educar. O assunto resvala para aspectos sociais, ao defender que qualquer criança deve ter o direito a educação de qualidade, o que inclui,

condições matérias adequadas. Sua defesa social de fato, caí no mesmo ponto, a religião e a moral. Diz que todos são iguais perante Deus, tanto faz ser nordestino quanto sulista, todos devem ser tratados com igualdade e com justiça.

Quanto ao uso de técnicas de ensino, era a favor de se aproveitar experiências dos alunos, a que ela chamava de “lição de coisas” e assegura que eram os exercícios preferidos dos alunos. Consistia em perguntas e respostas acerca de determinado objeto ou situação, em que a professora ia dando dicas até o aluno acertar. Em alguns trechos do seu livro citado as situações são apresentadas, a exemplo das páginas 79 e 81, quando ela introduz, pelas mãos da professora, a estória de um “boneco chorão”, a fim de ensinar o que produz o choro. Na passagem seguinte ela mostra a importância da cera no processo de produzir o choro do boneco e aproveita para saber se os alunos tinham conhecimento da origem da cera, quem a produz e quem já viu as abelhas no processo de feitura da mesma: “[...] – sabe você o que é a cera, Gabriella? – eu não sei o que é, vovó, mas sei quem a faz! [...] – pois diga quem é que faz. – As abelhas! As abelhas gritaram todas, em coro [...] – e o que é que a abelha faz?” (RODRIGUES, *op. cit.* p. 81).

À página 197, o aprendizado a partir da experiência dos alunos e da realidade concreta é repetido. Diante de uma forte chuva, a velha mestra se abrigou na casa de uma das suas alunas, ao lado das demais. Diante dos relâmpagos e trovões, ela aproveitou para dar-lhes uma aula sobre os referidos fenômenos, demonstrando, outrossim, que a sala de aulas não era considerada pela educadora Amélia Rodrigues como o único espaço

para a aprendizagem, ao contrário, ela deveria ser uma forma de leitura da realidade e do mundo.

Ela deixa claro que não havia um único método de ensino, mas que o educador deveria lançar mão de todos, retirar de cada um o que houvesse de melhor. Entretanto, um princípio era destacado: o da memorização; o discente deveria guardar na memória o que fosse ensinado pela professora. Para isso, ensinava que eles deveriam repetir os ensinamentos para a mãe, em casa, de forma racional, prática e intuitiva. Como definiu à página 74 do livro *Mestra e Mãe*:

[...] o método de ensino da velha cearense era uma mistura de tudo o que havia encontrado de melhor nos diversos pedagogistas que lera. Imitava a abelha, que arranja mel de flores diferentes. O seu ensino era racional, adaptado ao meio em que se achava, todo intuitivo e prático. Não exigia das alunas, sobretudo das menores, grandes esforços de aplicação fora das horas de aula; habituava-as desde logo a exercitarem a inteligência de preferência a memória, observando, compreendendo, julgando por si. Formava-lhes a linguagem pouco a pouco e a cada passo, corrigindo-lhes as frases erradas ou incompletas, que fazia escrever às mais adiantadas.

Por uma questão moral, seu procedimento metodológico que permitia à educadora corrigir os erros, não aceitava que houvesse ironias e leviandade diante do engano de alguém. O princípio consistia em afirmar que ninguém havia nascido sabendo nem era capaz de acertar sempre, logo, os erros eram humanos e deveriam ser tratados com respeito.

O contato com a natureza também é apresentado pela educadora como um excelente método de ensino, mesmo porque através da observação dos morros, matas, folhas, flores, insetos

etc, as crianças aprenderiam a grandeza de Deus a quem coube criar tudo, sem a ajuda do pintor ou do escultor. As excursões feitas com os alunos deviam ser precedidas e também acompanhadas por ensinamentos que os conscientizassem a não mexerem na arrumação de Deus, a não retirarem nada do lugar porque tudo tinha uma ordem natural dada pelo Criador. Como escreveu no ano de 1923, na revista *A Resposta*, relatando um passeio feito com os alunos:

[...] Que belezas, na montanha! E são arranjadas pela mão de Deus só, porque a arte não foi lá. Matos e relvedos em flor, cheinhos de borboletas e besouros e ninhos de passarinhos. Porém não buliram nos ninhos. Seria ingratidão para as avezinhas que gorjeavam tanto nos ramos, para alegrá-los.

O poder de Deus sobre todas as coisas é evidenciado até mesmo quando ela coloca o ser humano como o centro e a criatura mais importante do mundo:

[...] na multidão dos seres materiais que nos rodeiam nada fica inútil: grão de arveia, gota d'água, folha morta, raio de sol, tudo são parcelas da grande soma de vida, força e beleza que se desdobra aos nossos olhos, traçando, colorindo, criando o painel da natureza, em cujo centro o homem se ergue soberano, e o céu ilumina o homem. (RODRIGUES, 1921)

Como se evidencia, ela descreve motivos de várias ordens para justificar a importância do contato da criança com a natureza. Além dos metodológicos, religiosos e morais, acrescenta os de ordem física. A vida ligada à natureza seria benéfica à saúde física das crianças e ao seu crescimento saudável, dentre todos, nas entrelinhas, é possível notar a preponderância dos

morais. A ida ao campo, o despertar para as belezas naturais seria uma forma de fazer frente aos atrativos da vida material, tais como ir ao cinema ou a reuniões dançantes, que poderia “fatigá-las, sem proveito ou influir perigosamente no seu organismo e na sua alma”, como argumentava a autora.

O ser humano precisaria aprender a escolher o bem, a decidir-se pelas ações que contribuíssem para o seu crescimento moral e espiritual, precisaria ter um ideal a ser perseguido ao longo da existência. O passo seguinte seria descobrir como atingi-lo, quais os caminhos mais honestos, justos e verdadeiros e segui-los criteriosamente com força, determinação e tenacidade. Mesmo porque a sociedade, com seus atrativos mundanos, teimava em conduzir as pessoas para longe da sua verdadeira finalidade, seu crescimento moral e espiritual. Em 1910 ela tratou do assunto na revista *A Paladina do Lar*, formulando assim o pensamento:

[...] enriquecer a inteligência de conhecimentos não basta; é preciso forjar o caráter, martelando-o na bigorna da disciplina, educando-o finalmente, para que ela aprenda a fazer e faça unicamente o que a virtude lhe ordena.

O cuidado com a alma é um ponto recorrente na fala da educadora. Como previne em passagem acima, complementa em outras ocasiões que é um grande perigo achar que a vida se resume ao corpo e às coisas materiais. Para fortalecer seus argumentos chama à cena autores franceses e ingleses e introduz noções de psicologia infantil a fim de ensinar a forma como essas “verdades” deveriam ser passadas à criança. Recomenda,



por exemplo, que as mães e educadoras não deveriam dar ordens e contra ordens, nem cair em contradição em seus ensinamentos quer práticos ou teóricos.

O seu método de ensino incluía, também, além do diálogo, castigos de ordem moral. Por exemplo, fazia parte do seu repertório pedagógico e moral que as pessoas deveriam pagar pelas faltas cometidas. Um princípio que coloca o pagamento como forma de desfazimento do ato faltoso e ensinamento para o futuro. Pela sua lembrança as pessoas se eximiriam a cometer novos delitos. Como escreveu? “[...] quem prejudica os outros é obrigado, em consciência a restituir o valor do dano causado” (RODRIGUES, 1929, p. 187). Assim, as educadoras deveriam obrigar os alunos a ressarcirem as pessoas por prejuízos que lhes havia causado.

A opção por castigo de ordem moral tem sido uma marca da educação religiosa, que visa em particular a formação do caráter. Assim, a educadora demonstra em sua obra que os educadores deviam inspirar nos alunos o respeito e não o medo, que deviam amar invés de ralar, beijar no lugar de bater. Tais atitudes incentivariam os alunos a falarem e a aprenderem, dando à educadora a satisfação do dever cumprido, por ter agido com altruísmo, dedicação e compromisso com a Pátria.

Enfim, seu conceito sobre educação dizia que a melhor seria aquela que conseguisse formar o cidadão, a que transmitisse maior soma de conhecimento e incutisse mais virtudes morais. Sem dúvida, todas essas qualidades só seriam encontradas na educação cristã, de modo que essa seria a questão vital a ser discutida pela sociedade. Debate que deveria colocar em destaque a participação da família, os erros cometidos por essa

e a necessidade de haver uma sintonia entre os valores ensinados pelas duas instituições, sob pena de prejudicar a formação dos futuros cidadãos.

## Ser professora

Como já vimos, ensinar era para Amélia uma obrigação de todo aquele que fosse chamado por Deus para tal missão. Seria cumprir a ordem divina do “ide e ensinai”, assim, não era permitido a ninguém se furtar dela. Apesar de considerá-la uma missão simpática, não nega suas dificuldades, porém, nada poderia justificar a omissão, pois a luz deveria ser acesa onde houvesse trevas. A recompensa seria o prazer do dever cumprido e a consciência de ter contribuído com a civilização e a Pátria.

Dentre os obstáculos enfrentados pela professora estava a competição com a educação materna, que do mesmo modo não poderia impedir a verdadeira educadora de cumprir seu papel, pelo mesmo motivo acima alegado:

[...] esse obstáculo, queridas leitoras, muitas vezes o encontra toda mestra que tem de educar meninas somente algumas horas do dia, quando o seu ideal não é o mesmo que das mães quando seu objetivo é outro. Trava-se uma luta entre os dois sistemas opostos e, não raro, a influência da mestra tem de ceder à influência materna, mas forte e mais continuada. Mas, não desanime a preceptora na sua tarefa bela e sagrada de destruir os preconceitos e inculcar o bem. Pelo menos lhe há de restar, depois de tudo, a dulcíssima satisfação de haver cumprido o seu dever!

remuneração ou qualquer indicador da educação como profissão. De fato, ela consistia em uma missão “bela e sagrada” a ser desempenhada por dever moral e cristão.

Ensinar era uma forma de distribuir o “pão espiritual” a almas ignorantes; ao contrário, o não oferecê-lo, consistia em uma atitude egoísta, desumana e impatriota, própria de pessoas de “espírito pequeno” e indigno do conhecimento que Deus lhes ofereceu.

### Natureza infantil

Como vimos, ela acreditava que havia tempo para tudo, e não esperar o momento certo de cada coisa acontecer poderia trazer sérios problemas. Seu empenho maior com esse pressuposto era afirmar que as crianças tinham momentos certos para brincar e outros para aprender, momentos para atividades manuais e ocasiões para as intelectuais. Querer inverter a ordem ou apressar o processo poderia causar-lhes sérios danos. Quanto à aprendizagem intelectual, ela entendia que não devia ser muito cedo, quando as crianças não estivessem preparadas para tanto: “[...] a criança antes de tudo precisa crescer e fortalecer-se. Uma inteligência pujante dentro de um corpinho débil e doente é como essência forte dentro de um vaso rachado” (RODRIGUES, 1929, p. 122).

Também era importante não dar ordens e contra-ordens às crianças, pois elas perdem a confiança no adulto e esse não poderá mais lhes ensinar valores morais. O caminho correto seria procurar satisfazer-lhes os desejos quando esses não

forem de nada desabonadores, e quando negar algum manter firme a decisão. Como escreveu:

[...] Quando a criança formula um pedido, se não há nisso inconveniência, conceda-se o que ela deseja; mas, indeferido que seja, mantenha-se a recusa, ainda mesmo que se trate de uma ninharia, porque então já não será simplesmente conceder ou negar uma insignificância, mas ressalvar a disciplina, criar ou manter a força moral, fundamentais elementos da educação. (RODRIGUES, 1929, p. 128)

Em síntese, a educação é para ela uma prática divina, pois cumpre um princípio estabelecido por Deus; é um ato patriótico, na medida em que forma os indivíduos para serem cidadãos e defenderem a cultura e a soberania da Pátria. Metodologicamente, reafirma os lugares reservados a professor e aluno no processo ensino-aprendizado. O primeiro ocupava a posição de quem sabe e dá nome às coisas, de quem conduz, de quem dirige, de quem tudo pode fazer, se assim o quiser ele realizará milagres, no entender da educadora/escritora. Quanto aos alunos, competia ouvir, obedecer, aprender e repetir.

## Notas

<sup>1</sup> Jornal *A Tarde*, do dia 05 de abril de 1957.

<sup>2</sup> Apesar do seu conceito de educação ser mais de caráter moral, ela não nega que haja necessidade de recursos físicos e didáticos. Como demonstrou através de um diálogo entre a professora personagem do seu livro e uma das alunas da mesma: “[...] uma sala grande, arejada, clara, cheia de carteiras, de mapas, de quadros, de tudo o que se torna preciso para facilitar o ensino [...]” (Rodrigues, op. cit. pág. 57).

<sup>3</sup> A pesquisa “Educadoras baianas, saberes e códigos morais”, que investiga sobre 8 educadoras, confirma o mesmo perfil ético em todas elas.

## A educação moral

---

*Educar-te nos  
princípios cristãos  
que a Igreja a todo  
momento difunde,  
e terás a felicidade.*

Amélia Rodrigues,  
1920

A educação moral tradicional é tida como a educação do caráter e fazem parte dela a educação cívica e a cidadania. Consiste em ensinar a cada aluno em particular, como se ele fosse um ser descolado da realidade, um conjunto de regras e princípios que lhes define o que são bem e o mal e garantem a convivência social. A educação de inspiração religiosa, como a professada por Amélia, centrava tais regras na religião e concedia a elas outro importante papel, o de fazer frente às idéias anarquistas, segundo ela, reinantes no país e tão prejudiciais ao progresso moral.

Questionava o caráter do brasileiro tido, por ela, como generoso e ao mesmo tempo imprudente. O que o fazia confiar demais nos outros, especialmente nos desconhecidos de outros países, nos aventureiros, nos espertalhões que só procuravam tirar proveito e levar vantagem. Também o critica pelas atitudes rebeldes que vinha apresentando, desde o advento da República, desvirtuando sua índole boa

e pacífica, situações que só poderiam ser enfrentadas através dos “sentimentos religiosos” capazes de corrigi-los e guiá-los.

Diante do clima preocupante em que ela via o país, onde a desonestidade, a falsidade, o entusiasmo ingênuo, a mentira dos adultos para com as crianças e dos velhos para os jovens, fazia com que as pessoas vivessem na dúvida e na desconfiança, ela defendia uma forte educação moral para a juventude e empenho irrestrito de todos em prol da mesma. Segundo a educadora, o preparo técnico devia ter como lastro o moral, capaz de levar os indivíduos “à ordem, à disciplina, ao cumprimento das leis e ao respeito às autoridades legítimas” (RODRIGUES, Colégio dos Salesianos, s/d, p. 90).

A natureza humana, por conta das condições do momento, havia se tornando ambígua, capaz de comportar ao mesmo tempo a generosidade e a benevolência, assim como a intolerância e a vileza. Ou seja, sentimentos grandiosos e paixões inconfessáveis. A educação moral seria capaz de reconduzi-la, deixando reinar a consciência, estabelecendo a linha da obrigação e impondo limites à vontade. Tudo sob a ordem de Deus, pois a razão humana é limitada e freqüentemente se engana e se envolve na teia das contradições.

Moldar o caráter a fim de conseguir das pessoas a cumplicidade e aquiescência era o objetivo da formação moral, visando fazer frente, como vimos, aos chamados do mundo material tão fortes na sociedade daquele momento. A caminhada para o lado oposto seria possível através da firmeza do caráter e da confiança em Deus, como escreveu no ano de 1923, na revista

[...] mas não tenhas medo, meu bobo. Mete o pé no caminho, sem fazer caso dos tornões, e anda pra diante. Duas coisas te são necessárias para chegar a salvo, e as terás, se quiseres: caráter firme, puro, leal e a graça de Deus. (p. 26)

## Moral religiosa

Para a educadora, a religião era a católica e é dela que falaremos quando nos referirmos ao pensamento de Amélia sobre o assunto. Por exemplo, ao definir a Igreja em artigo veiculado na revista *A Paladina*, de junho de 1911, sob o título: “Respeito à Igreja e seus representantes”, ela emite o seguinte juízo:

[...] a Igreja Católica é uma entidade moral, divina, mas também é um corpo, um conjunto de partes humanas e materiais. Como no indivíduo humano se ligam intimamente alma e corpo, assim na Igreja estas duas substâncias opostas se unem e se completam, formando uma só personalidade indivisível de fato. (p. 5)

O mesmo tipo de vínculo ela estabelece entre alma e sentimentos, mostrando que estes arrastam aquela de tal modo que se faz necessário cultivar bons sentimentos, estimular a prática de ações religiosas a fim de também essas direcionarem os sentimentos.

A religião católica é apresentada por ela como esse norte seguro, pois em nenhum momento colocou-se contra o progresso, contra a educação, ao contrário, tem sido sua grande aliada. Sua única inimiga é o mal e os meios que a ela conduzem. Para justificar o compromisso do catolicismo com a educação, relembra os períodos obscuros da Europa, onde apenas

os mosteiros e o clero se colocavam como luzes a iluminar o caminho da ignorância. Aliás, cumprindo uma orientação de Deus, que os exortou a “Ide – ensinai todas as nações”, procurem abrir novos horizontes a quem só vive pela e para a matéria e espalhar sobre a terra o conhecimento. Para ela, os ministros de Deus não o desobedeceram, ao contrário, procuraram e procuram cumpri-la com maestria.

O principal motivo que faz com que a igreja católica se preocupe com a educação consiste em formar o ser humano integral incluindo sua educação moral, que sem ela seria vazia e sem sentido:

[...] a base mais segura da moral, é, pois, o catecismo cristão, porque pregar os bons costumes sem apontar para Deus é escrever na areia; falar de sacrifícios sem levantar os olhos para Jesus Cristo, o divino Sacrificado, é pretender gravar letras em pedra com a ponta do dedo. (RODRIGUES, 1929, p. 59)

Não tinha a menor dúvida da relação de causalidade existente entre a religião católica e a formação moral. Para ela, assim como o fruto vem da flor, a verdadeira moral vinha necessariamente da religião: “[...] não pode haver moral sem religião, e vice-versa” (RODRIGUES, 1929, p. 57). Nisso o princípio básico havia sido ensinado por Cristo, ao exortar a amar ao próximo como a ti mesmo, ao que ela acrescentava outro: “não faças aos outros o que não queres que te façam”. Seu argumento consistia em afirmar que quando uma pessoa não tivesse o desejo de ferir a outro, nem transgredir as regras morais da sociedade, ela deveria se perguntar sempre diante de uma possível decisão: “gostaria eu que me fizessem isso? Se a resposta



for afirmativa, claro está que deve fazê-lo, se for negativa, é evidente que não, mil vezes não” (*op. cit.* p. 149).

As mães e as mestras deveriam seguir essa orientação cuidadosamente, a fim de estirparem os vícios e os costumes indignos do lar, da escola e da sociedade. Os erros morais precisavam ser combatidos com força e determinação, por exemplo, elas não deveriam cumpliciar com a mentira, pois quem ama a verdade amaria também a luz e essa era Deus. Somente as pessoas superficiais e incapazes de compreender a grandeza divina compactuariam com a inverdade ou dela participariam.

O erro moral precisaria ser evitado e combatido, pois as almas cristãs saíam do seio de Deus puras e cristalinas e se tornavam barrentas ao se engajarem na sociedade. As mães e as educadoras precisavam manter-se puras e cuidarem para que não houvesse desvios na conduta daqueles sob sua orientação. Nada de deixarem crianças soltas, vivendo a satisfação do seu amor próprio, sem saber e sem indagar se aquilo era justo e razoável.

A orientação da igreja católica era fundamental para dirigir a vida dos indivíduos, pois os deveres sociais nada mais são do que a extensão dos deveres religiosos<sup>1</sup> e nada pior do que a dúvida e a indecisão, sua orientação firme e segura desfaria dúvidas e descaminhos. A educação cristã era, segundo a educadora, uma questão vital para a sociedade, pois através dela incutia-se valores e uma forma de ser para os seres, em consonância com os princípios sociais. Assim, ter uma escola equipada era importante, porém, mais do que isso interessava uma instituição bem provida de mestres cristãos e compromisso com a causa de Deus.

A educação precisava tocar o coração dos seres, assim como toda e qualquer atividade de formação, pois nada aconteceria se as pessoas não fossem sensibilizadas, se não conseguissem rir, chorar, alegrar ou entristecer. Era preciso se sensibilizar com as obras de Deus, saber que Ele está presente em tudo e que vela por nós. Como escreveu:

[...] a confiança absoluta, firme inalterável, na Providencia Suprema, quando tudo parece abandonar-nos!! Há tesouro que equivalha a este? Deus tudo vê, tudo sabe, não cai uma folha de árvore nem um cabelo da nossa cabeça sem que Ele queira, as nossas lágrimas lhe são patentes, ele vela por nós, Ele nos ama... que existe de mais consolador para agruras da existência? (RODRIGUES, 1929, p. 233)

À educação cristã competia ensinar os seres a não prestarem atenção às vozes dissonantes, materialistas e anarquistas, até porque elas têm sido o motivo dos sofrimentos e das lágrimas derramadas no mundo. “[...] o anarquismo de nossos dias é o triste produto do sofrimento sem Deus”, professou a educadora na obra acima citada. Fazia-se necessário preparar, através da educação cristã e de uma prática religiosa fervorosa, a fim de suportar as dificuldades da vida, as provações e os golpes. O que não deveria ser feito em momentos de dificuldades, mas com um amor incondicional a Deus.

A religião seria a saída para os males sociais, como os decorrentes da guerra, das corrupções e da maldade humana em geral. Como a sociedade não encontrava soluções para tão grandes males, o único caminho seria a recristianização, o maior remédio para os grandes males sociais existentes.

As escolas religiosas seriam grandes celeiros de almas e seus educadores verdadeiros alquimistas, capazes de transformar

as almas humanas em ouro, “[...] ouro da virtude, ouro do caráter, o ouro da coragem para as lutas titânicas da vida” (RODRIGUES, 1923, p. 42). Isto porque elas seguem os ensinamentos da Igreja Católica, tidos por ela como imenso edifício moral, construído com corações e o amor divino. Materiais não corrosíveis com a ação do tempo, nem os desmandos sociais, pois se sustentam pela fé religiosa.

A falta de fé, a educação sem base religiosa era responsabilizada por muitos crimes, dores e sofrimentos. Pois as idéias sobre Deus são condições para elevar o pensamento ao alto, para ambições santas desviando os indivíduos das ambições terrenas e das misérias da vida material.

No ano de 1923<sup>2</sup>, Amélia escreveu um artigo em que se regozijava diante de uma lei municipal que autorizava a exposição da imagem de Cristo nas escolas e o ensino de lições de catecismo, pois considerou o fato como um passo fundamental para a formação moral das crianças, segundo ela, só possível se fosse guiada pela luz do Evangelho. Nele, assim como em tantos outros, ela faz a articulação entre a religião e o ensino moral:

[...] as escolas públicas do Município baiano já podem erguer em suas brancas paredes a imagem sagrada do Mestre dos mestres; a melhor das doutrinas para o ensino moral e cívico da infância já pode ser proclamada, intramuros da escola, na cátedra abençoada donde jorra para o povo a luz da instrução. (p. 162)

Para ela, a religião era o único meio seguro para ministrar a educação moral e os bons costumes, até porque Deus consistia na possibilidade de redenção e não seria justo abandoná-lo ao longo da vida e só a Ele recorrer nos momentos difíceis.

O Cristo deveria assistir não só o julgamento dos réus, como também testemunhar a educação e a instrução ministrados às crianças, considerando-se que ele era o motivo e o fim da moralidade. Essa educação, baseada nos ensinamentos religiosos, garantiria a alma imaculada, seria uma barreira à invasão dos males morais e físicos e condição de felicidade.

Esses eram motivos mais do que suficientes para as famílias católicas festejarem a lei mesmo não sendo impositiva, mas apenas uma permissão. Em suas palavras: “[...] motivo tem para regozijar-se pela nova lei a família baiana, católica e fiel à religião, único alicerce seguro da educação moral e dos bons costumes na sociedade e no lar” (RODRIGUES,1913).

O empenho com a formação moral dos indivíduos, dentro dessa orientação era a sua principal meta como educadora e escritora, pois considerava que no Brasil tudo era grande, menos o ser humano. Mesmo achando que essa afirmação era um exagero, não tinha dúvidas que este se debatia em erros morais e uma vida cheia de problemas e de dores, o que por si só já justificaria tal empenho na formação moral. Entretanto, outros do mesmo porte se impunham, tal como a necessidade que o País tinha de pessoas com estatura moral digna e que o enchesse de júbilo diante de outras nações.

A certeza que a educação moral de cunho religioso era o caminho seguro para a paz, a alegria das pessoas e o futuro da Nação eram inquestionáveis. As famílias e a escola deviam investir nela, formando líderes capazes de dar o bom exemplo e conduzir com segurança o povo. A confiança na educação como redentora da humanidade, como a panacéia capaz de

curar todos os males, só deixa uma pequena brecha para a índole das pessoas. Convicta que os seres humanos possuem uma essência abstrata, uma natureza, esta não seria totalmente domada pela educação moral, porém poderia ser controlada, disciplinada, monitorada.

Em vários momentos de sua obra ela elenca as qualidades morais tidas como fundamentais a uma vida perfeita:

[...] a caridade, a rainha das virtudes, essa chama que brota do amorosíssimo Coração de Jesus, há de ser o foco inextinguível da ação social de que vimos falando, e junto a esse divino Coração há de ser estudada a sua prática. (RODRIGUES, 1915)

A caridade era ensinada aos alunos nas pequenas coisas, assim como o respeito a Deus e a força da sua presença. Por exemplo, no seu tratado de educação e moral, *Mestra e Mãe*, a professora da fazenda ensinava as crianças a não mexerem nos ninhos dos passarinhos, pois era uma atitude sem *caridade*, fazendo-os sofrer. Ensinava-lhes que os seres humanos deviam procurar ir além do comer e do dormir, pois deviam saber que havia algo mais do que “[...] as satisfações egoísticas da natureza, alguma coisa além da terra – Deus” (RODRIGUES, 1929, p. 13).

Também são ensinamentos presentes ao longo do livro: *Mestra e Mãe* que “a alma não envelhece” e “Deus não desampara ninguém”. Com a primeira premissa, ela assegurava a necessidade de uma formação moral sólida e continuada porque a alma iria se aperfeiçoando com o decorrer dos tempos. Quanto à segunda, a mensagem é que as pessoas precisam confiar em Deus e colocar em suas mãos todos os seus problemas

e esperanças, porque quem Nele confia não perderá a serenidade e o conforto. Como escreveu, a religião seria a consolação para tudo e para todos:

[...] tem incentivos para os fracos, doçuras para os fortes, consolações para todos. É o laço vigoroso que nos prende ao bem. Quebrando esse laço, a alma facilmente foge ao sacrifício, parecendo-lhe insuportável a cadeia de deveres. (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 59)

Evidencia-se que o principal papel da religião na educação é o de garantir a submissão dos discentes aos princípios morais. Através dela e do conforto que a fé proporciona os alunos não fugiriam dos limites e cerceamentos, nem ao sacrifício que eles impõem no que se refere à falta de liberdade e o exercício do querer. Diante do que a autora afirma que sem Deus não pode haver virtude nem moralidade.

Também se apressa em defender que a religião não é impedimento a nada e muito menos ao progresso. Que ela só é inimiga do “mal e dos meios que a ele conduzem”. Citando a parábola do Semeador, exorta os alunos a serem terra fértil, onde as sementes da moral e dos ensinamentos religiosos possam nascer e florescer.

Como dissemos anteriormente, era preciso lutar contra o que ela chamava de “fraqueza original” que conduzia as pessoas aos vícios e aos erros morais. Advogava a necessidade da escola compartilhar com as famílias a educação das crianças, a fim de que a Nação pudesse ter pessoas que lhe desse orgulho, seres que pudessem liderar e servir de modelo para os outros. Nisso repreende as famílias e as escolas por não estarem investindo na educação como deviam: “[...] se a educação dada nos lares e nas escolas, repito,

fosse mais cuidadosa, seria mais preventiva, e evitaria, não digo todos os males, porque a fraqueza original aí está para os produzir, mas a maior parte deles” (RODRIGUES, s/d).

Para fazer frente a tais desvios o remédio seria a formação moral religiosa. Por exemplo, pergunta se os mestres e os pais estavam ensinando o decálogo às crianças e conclui que infelizmente não estavam. Assim não adiantava dizer “Não matarás”, precisava usar a força da fé e da convicção da presença de Deus.

A religião seria também o remédio para resolver problemas maiores, como as guerras e sua conseqüente destruição. Em artigo de 1921, intitulado O feminismo no lar, ela fala das conseqüências da guerra e afirma que a cura das feridas se daria pela “re Cristianização social”. “[...] se não a fizermos, cairemos vítimas de todas as misérias morais, que Satanás inventa para escalavrar as nações que o Evangelho solidificou”, escreveu. Não tem dúvidas que a reconstituição da sociedade só seria possível com Deus.

Defende que no mundo só existem dois caminhos: o do bem e do mal, ou seja, as coisas do céu e as coisas da terra. As primeiras conduziam à pureza, bondade, caridade, humildade e as segundas às trevas, à dor, ao mal, e o ser humano impreterivelmente precisava escolher um deles. Não pode optar pela neutralidade, pela falta de definição clara, a não ser por medo, covardia ou má-fé. A escolha acertada é a de quem opta pela “causa de Deus e da virtude”. Nota-se no pensamento da escritora uma forte influência das idéias agostinianas, apesar dela não se referir a ele. Entretanto, os caminhos apresentados por ela identificam-se com a lógica e as idéias defendidas por santo Agostinho, especialmente no livro *A cidade de Deus*.

A educação cristã seria, pois, o remédio para muitos males morais e sociais, acrescentando-se aos já apresentados, a possibilidade de formar o caráter dando aos indivíduos o controle sobre seus atos. Sua ausência incorreria em imposições das “paixões más, incapacidade de reflexão serena e imparcial”, como escreveu a educadora no artigo *Idéias baralhadas*, anteriormente referido por nós.

A educação em sua ampla acepção deveria, na visão da autora, ser capaz de preparar as pessoas para dominarem a si mesmas, sacrificando interesses egoístas em nome do outro, da paz e de uma vida mais digna. Objetivo que ela só via como atingível pela educação cristã, inspirada no Evangelho, conduzida pela moral religiosa.

Também é recorrente em seus escritos a distinção feita entre educação e instrução. A última não teria o mesmo valor da primeira visto que seu compromisso poderia ser com a erudição, com a vaidade e com o egoísmo, diferente da primeira que se proporia a devolver aos indivíduos sua liberdade, no sentido de ser dono do seu querer e não invadido e conduzido por paixões e instintos. Em suas palavras:

[...] homens e mulheres há, infelizmente, que sabem muito, têm talentos, cultivam ciências e artes e impõem-se até à admiração de todos, mas que praticam péssimas ações, abrigam sentimentos vis e são a vergonha das pessoas de bem. Por que?... Porque lhes faltou uma boa educação moral. (RODRIGUES, 1921, p.58.)

Chamando os instintos e as paixões como “monstros com asas de águia”, ela compara quem é regido por eles com aquelas pessoas que conseguem dominá-los através da educação moral,



dizendo que o brilho dos primeiros é passageiro e que não inspira confiança, e dos outros, duradouro e confiável.

Do mesmo modo, é enfática e recorrente sua afirmação que a verdadeira educação moral vem da religião e vice-versa. Através dela ensina-se a justiça, a honestidade, a honradez, a solidariedade, a caridade e o princípio que toda perda exige uma reparação, pois o ser humano moralmente formado é responsável pelos seus atos e pelos efeitos dos mesmos.

Critica a tendência atual à época de cunho materialista, desleixando-se do fato que a vida social é complexa e exige pessoas preparadas para enfrentarem tanto as alegrias quanto as dores. Como escreveu na revista *A Paladina*, de janeiro de 1910:

[...] parece que a tendência hodierna dos espíritos toda se dirige para o lado material das coisas, como se além desse objetivo, aliás, muito natural e muito justo, não houvesse o outro, mais nobre ainda: a vida moral, a formação do caráter, o preparo dos indivíduos para a luta quotidiana que se desenrola na família e na sociedade, e na qual, como em todas as lutas, há triunfos e derrotas, vencedores que riem e vencidos que estortegam de raiva ou de dor.

Diante das inconstâncias sociais, a formação moral apresentava-se como um escudo capaz de livrar o ser humano de dores provocadas por enganos decorrentes da má formação. Dentre os ensinamentos ela destacava a paciência, pois a via como condição para a vida social e o crescimento espiritual. Como ensinava aos alunos, a partir da voz da mestra fictícia do seu romance *Mestra e Mãe*: “quem não sabe esperar não sabe viver”.

Essa é mais uma investida contra o materialismo e o pragmatismo da época, a quem ela adjudicava muito dos erros

praticados pelas pessoas. O desejo de vencer nas coisas materiais, a pressa em obter respostas, a impaciência em esperar a hora de cada coisa e de cada situação, que, em resumo era a hora de Deus, definida pela sua vontade.

Acreditava que uma das principais formas de ministrar a formação moral era através do bom exemplo. Pais e educadores deviam se comportar da forma como gostariam que seus filhos e discípulos se comportassem. A bondade, a meiguice e a simplicidade, assim como a honradez e a justiça eram aprendidas pelas novas gerações a partir do que a sociedade, na figura dos seus representantes, passasse.

Tal educação precisava ser séria e profunda, pois existiam pessoas que, ao formato de uma onça, possuem o lado exterior bonito e apreciável, mas são perigosas e traiçoeiras. As pessoas, em especial as menos maduras deveriam ser formadas para saberem diferenciar uma beleza da outra, saber optar pela verdadeira, a interior, e fugir das armadilhas. A obediência seria uma atitude importante. Os educando deveriam confiar na experiência dos mais velhos e seguir seus conselhos, sem dúvidas.

Além do exemplo, os pais e educadores poderiam lançar mão de recursos inibidores e punitivos, quase todos de caráter moral, a fim de evitarem ou corrigirem atitudes moralmente indesejáveis. No livro *Mestra e Mãe*, a autora relata uma dessas situações, através do diálogo entre uma criança e a velha professora da fazenda: “[...] poderia dar-lhe a umbuzada se o senhor fosse mais quieto e sossegado e não viesse ao meu quintal correr atrás de quanta borboleta aparece, atirar pedradas às rolas” (RODRIGUES *op. cit.*, p. 124).

A referida obra reforça a qualidade moral das punições, demonstrando que a educadora desfez o receio que as crianças tinham do uso da palmatória e de sua substituição por atitudes mansas e carinhosas da educadora para com as alunas. “[...] a professora sorria em vez de palmar. Chegou a beijar algumas que choravam por não saber a lição” (*op. cit.*, p. 64).

Esses mecanismos de aprendizagem, contudo, eram superados por um considerado muito mais valioso: o trabalho e a conseqüente ocupação da mente. Vem de longe o princípio que a mente vazia ensejaria pensamentos perigosos e atitudes repressíveis. A educação tradicional tem se orientado pela ocupação integral dos educandos a fim de conduzi-los a uma moral recomendável. A educadora e escritora Amélia Rodrigues é partidária da mesma, e sua figura de mestra e mãe caracterizada no livro do mesmo nome, ensina as suas alunas manterem-se ocupadas. O argumento explícito diz do prazer do dever cumprido e da satisfação e do gozo do descanso após um dia de ocupações sérias.

Do lado da desocupação, da preguiça o egoísmo e a falta de consciência dos deveres sociais são apresentados pela autora como vícios morais. Este, o egoísmo, é descrito por ela como amor desordenado de si próprio, origem de todo mal e inimigo da ação social, o qual é negado todas as vezes que se recita o Pai Nosso, pois a oração fala do amor e da fraternidade (A VOZ, 1915).

Também são erros morais a ignorância e a falta de formação social. Como veremos no item seguinte, a educadora considera que é falta de amor à Pátria o ser humano se manter

na ignorância, por preguiça ou falta de caridade dos outros. Também supõe que eles decorrem da má interpretação do que seja conhecimento, às vezes interpretado como inteligência, outras, como preparo técnico, desfocando o compromisso da escola.

## Patriotismo, cidadania e moral

Conforme dissemos, a educação tradicional tendia e tende a colocar o patriotismo, ou seja, a educação moral e cívica como capítulos da educação moral. Com argumentos em que a cidadania se reduz à consciência de direitos e deveres e normas universais onde cada indivíduo deveria se adequar.

A educadora Amélia Rodrigues é seguidora desse entendimento. Não fazia distinção entre a religião, a moral e o patriotismo, para ela “servir à Pátria era um dever sagrado” e o ato educativo devia visar tal finalidade e só se sentir cumprido quando houvesse atingido tal objetivo. Como escreveu no livro *Mestra e Mãe*: “[...] lá encontrareis o último contentamento de haver contribuído para a civilização da pátria” (p. 43).

Não desconhece que é dever do governo prestar serviço e proteção à comunidade, entretanto, consistia em um dever cidadão contribuir com o mesmo, ajudá-lo em sua tarefa, sob pena de não ter o mérito de ser chamado cidadão.

A parceria que cada pessoa deveria fazer com o governo no empenho de construir uma sociedade mais humana, era considerada por ela como um ato patriótico. Seu argumento mais forte recaía não na consciência cidadã, apesar de argumentar que não bastava pagar impostos como também prestar sua cota

de serviço, mas na questão econômica. O apoio de cada cidadão à causa social deveria acontecer porque o dinheiro público não era suficiente para fazer frente às demandas sociais. Atitude que os fazia dignos da pátria, orgulho para ela e merecimentos para eles.

A atitude devia ser um gesto de contribuição para com o trabalho do governo, ou até mesmo uma forma de suprir uma carência do povo provocada por falta de responsabilidade dos poderes constituídos. Como escreveu:

[...] diante do serviço da Pátria, Sr. Botelho, tanta obrigação tem o governo como o cidadão, e quando o cidadão pode mais deve fazer mais. Ainda mesmo, - vou mais longe – ainda que eu saiba que o governo pode e não quer, se estiver ao meu alcance o melhoramento exigido, devo fazê-lo, devo tentá-lo, sob pena de não ser patriota. (RODRIGUES, 1929, p. 43)

O patriotismo era, pois, uma obrigação moral e não permitia omissões. Devia fazer parte do caráter das pessoas preocuparem-se com as outras, com a qualidade de vida de todos, não importando de quem fosse, a princípio, o compromisso. E, com a mesma lógica que pensava a caridade, pensava também os atos patrióticos, e foi com ela que a educadora defendeu que as escolas deveriam ser assumidas por pessoas com recursos econômicos, situação que mudaria a face da sociedade, como num passe de mágica.

Seu patriotismo também não comportava atitudes de resistência ao poder constituído ou qualquer ato que pudesse denotar desarmonia na estrutura social e de poder. Como escreveu em um artigo sem data, intitulado “Idéias baralhadas”:

[...]o patriotismo é um dever, mas não se deve confundir patriotismo com continuo e dissolvente popular de desavenças, antipatias e amor próprio, que pretende arranjar elementos de luta armada e fora da lei, afim de regenerar a pátria, derribando chefes que não cheguem à craveira pelos opositoristas.(REVISTA LUZ DE MARIA)

Também não acha que o defensor da Pátria seja aquele que se rebela e parte para a luta, ele seria um anarquista, um defensor da bandeira vermelha da guerra e não um patriota dedicado que por amor à nação e pelos princípios morais deixa mãe, esposa e filhos. Todo o argumento tem como objetivo criticar o partidarismo, o envolvimento político das pessoas, daquelas que não estavam autorizadas a participar, como as mulheres e os homens comuns, e estimular o apoio ao poder constituído.

A culpa pelas idéias “baralhadas” que levam as pessoas a enganos perigosos como o de trocar patriotismo por partidarismo e amor à Pátria por vaidade, egoísmo e inconseqüência, é, segundo ela, a falta de religião e de educação. A rebelião dá-se entre aqueles que não são cristãos, os que não temem a Deus nem têm um rumo certo na vida.

Seguindo esse entendimento, ela afirma que dentre as necessidades prementes da Nação, que requeriam o apoio urgente e irrestrito de todos os cidadãos estava a educação, pois considerava o analfabetismo como a pior “mancha” que maculava sua imagem. Cuidar da educação era um dos principais atos patrióticos e cristãos, pois seria distribuir o “pão” do saber a “pobres alminhas” “à mingua do sol da instrução”. Fechar o coração a tal pedido seria um ato antipatriótico e anticristão, seria viver o egoísmo e a falta de amor à Nação.

A instrução e o empenho em estudar são considerados por ela como atitudes verdadeiramente patriotas. Do mesmo modo que erra quem nega oferecer conhecimento, peca quem se furta a estudar, por preguiça ou brincadeira. A atitude seria o mesmo que estar sonhando da pátria um direito, o de poder caminhar para o futuro ao lado dos grandes países. Seria negar-lhe um serviço, seria desconsiderá-la, seria um crime, ao que ela exorta crianças e jovens a não cometerem tal barbaridade: “[...] oh! Não! Cometeis esse crime, minhas jovens leitoras, meus pequenos compatriotas, e seja o amor ao estudo a vossa primeira prova de amor ao Brasil” (RODRIGUES, 1929, p. 107-108).

Também a sociedade como um todo tem um grande compromisso patriótico com a educação, especialmente ajudando o governo a ministrar educação a todos. Dentre as saídas apontadas por ela estava, como dissemos, a adoção de escolas por pessoas de recursos, pois eles estariam investindo nos “ninhos dos cidadãos do futuro” e melhorariam a face da terra minorando os problemas sociais.

Também tece críticas sutis sobre a hospitalidade do Brasil, que acolhe todo imigrante mesmo sem saber dos seus propósitos éticos e religiosos. Em suas palavras, a crítica recebeu o seguinte teor: “[...] pobre país esse nosso, tão loucamente hospitaleiro que anda sempre recebendo entre aplausos qualquer desconhecido sem credenciais, sem garantias de moralidade” (RODRIGUES, 1911, p. 4).

A articulação entre moral, patriotismo e religião é bem evidente em sua obra quando relata a inauguração da escola da

fazenda descrita no livro *Mestra e Mãe*. Naquele momento foi hasteada a Bandeira do Brasil, houve discursos laudatórios da Pátria com vivas a essa. Do mesmo modo, relata o carinho que a professora tinha por uma órfã de pai que morreu na Guerra do Paraguai, para ela motivo de orgulho para a filha, mesmo diante do abandono e da penúria em que vivia. Como escreveu: “[...] morreu pelo Brasil e deixou-a órfã, desamparada. Ora, isso é título à gratidão dos verdadeiros patriotas” (*op. cit.*, p. 68).

Na cruzada por defender a Pátria contra a falta de fé e o analfabetismo, seus principais inimigos, ela sugere muitas parcerias, tanto do mundo material quanto do espiritual. Uma delas foi proposta no ano de 1923 e teria Santo Antonio como aliado: “[...] formemos nós, como bons soldados, ao lado de Santo Antonio, para defender a fé que ele pregou e pela qual se imolou durante a vida” (RODRIGUES, 1923). Seu argumento era simples: é natural a todas as pessoas tomarem como modelo outras que respeitam e querem imitar, o santo seria uma dessas figuras; o argumento dois fala da aparente igualdade de condições históricas vividas no seu tempo e a daquele momento dos anos 20, caracterizados por “lutas encarniçadas contra os inimigos da fé”, de onde conclui que as pessoas deviam fazer como fez o santo e mais, tomá-lo como parceiro.

No livro *Mestra e Mãe*, ela advoga que o aperfeiçoamento moral das pessoas é motivo de sucesso pessoal e de glória para a família e para a pátria. Como vimos, afirma que só a educação cristã<sup>4</sup> é capaz de oferecer, na medida certa, o conhecimento técnico e a formação moral. Um exemplar dela, venerado pela educadora, consistia na Ordem dos Salesianos, fundada por Dom



Bosco. Como se referiu em muitos e diferentes momentos, o ensino ministrado por eles oferecia ao lado do preparo técnico “[...] o lastro preciosíssimo da formação moral mais perfeita e segura, essa formação que predispõe o indivíduo à ordem, à disciplina, ao cumprimento das leis e ao respeito às autoridades legais” (RODRIGUES, revista *A Voz*, 1925).

Também considera os Jesuítas como baluartes dessa educação, considerados por ela como “gigantes”, “laboratórios celestes”, “alquimistas felizes” responsáveis pela cultura mental e virtuosa no Brasil e na Bahia (RODRIGUES, 1921). Diz a educadora que nesses colégios os jovens procuram a ciência da terra e alvejam também a ciência do céu, capaz de os isolar das companhias perigosas e oferecer-lhes tudo o que requer o seu desenvolvimento integral, equilibrado e feliz.

Quanto aos seres humanos, não havia maior virtude do que acompanhar os ensinamentos, sem medo nem resistências, pois deles viria como recompensa o gozo próprio da vida eterna.

## Notas

<sup>1</sup> Para a educadora, a caridade era a maior de todas as virtudes, uma chama que brotava do Coração de Jesus e deveria ser sempre o motivo e o foco de toda e qualquer ação social.

<sup>2</sup> Amélia Rodrigues, “Cristo nas Escolas Baianas”, in. revista *Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*, n. 10, ano I, outubro de 1913. “Art. 1º - Fica o intendente autorizado a mandar colocar, com a possível brevidade, em cada uma das escolas primárias deste município, a imagem de Nosso Senhor Jesus Cristo. Art. 2º - Nas escolas municipais poderão os respectivos professores, depois das horas regulamentares, dar lições de catecismo aos alunos que, por si ou a pedido dos seus pais, quiserem recebe-las”.

<sup>3</sup> Artigo sem data, publicado na revista *Luz de Maria*. Encontramos folhas soltas na biblioteca do Instituto Feminino da Bahia.

<sup>4</sup> Ela valoriza o ensino antigo por ser sedimentado na religião e na dedicação materna: “Oh! forte ensino antigo, ainda não estragado pela futilidade e pela indiferença! Oh mães venerandas, em cuja alma se depositara, como em redoma de cristal, o resíduo da fé, trazida daquele cristianíssimo reino e gloriosa nação, cujo sangue lhes enrubrecia as veias – o sangue português”. Seu entendimento é que um ser educado dentro dos princípios cristãos não poderia jamais ser conduzido pelas paixões e pelo erro material e moral. Nisso, mais importante do que a educação formal é a doméstica, dada pelas mães.

*[...] abram-se às  
mulheres todas as  
carreiras  
compatíveis com  
suas forças; de-se-  
lhe a facilidade de  
preparar o futuro  
pelo trabalho bem  
remunerado,  
mas[...]oh! [...] que  
ela defenda o  
seu lar, como as  
abelhas defendem  
sua colméia [...]*

Amélia Rodrigues,  
1921

No final do século XIX e início do XX a situação feminina no Brasil era de isolamento doméstico e falta de consciência da discriminação vivida. A partir dos anos 20 a situação tende a se modificar a ponto de ser criada, no Rio de Janeiro, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nos moldes da americana, visando lutar em prol dos direitos políticos, civis e trabalhistas das mulheres (PASSOS, 1993).

O estado da Bahia, dadas as suas características fortemente patriarcais ensejando, dentre outras coisas, o alheamento das mulheres sobre sua condição de vida, o movimento só iniciou uma década depois, e a filial da Federação foi criada no ano de 1932. De forte inspiração cristã, a mesma tinha como bandeira a luta pela educação e pelo voto, tendo em vista melhor contribuir com a Igreja Católica, com a Pátria e com as famílias.

Nesse período, Salvador passava por algumas mudanças tais como: a chegada dos bondes elétricos e de companhias teatrais, o que pro-

porcionou o movimento por parte de algumas mulheres de elite, entretanto, a estrutura valorativa continuava a mesma no que se refere à condição feminina. A relação homem mulher continuava coercitiva e patriarcal, pouco mais da metade delas era alfabetizada e poucas podiam participar do mercado de trabalho, sendo permitida apenas a quem não tivesse que lhe garantisse o sustento.

### Ser homem e ser mulher

Explicitamente, ela conferia ao homem o papel de provedor e defensor da família e à mulher o cuidado e o servir. A ela competia cuidar das crianças, dos doentes, dos velhos e das tarefas domésticas. Nisso também ela é uma legítima representante de sua época, pois as mulheres naquele momento, quase em coro, acreditavam e repetiam o modelo traçado. O que aprendiam em casa e na sociedade, especialmente na escola, onde as alunas eram estimuladas a confeccionarem enxovais de bebê, a cuidarem deles, a prepararem alimentos, dentre outras atividades consideradas femininas e que faziam parte da formação de uma mulher.

A separação de papéis e o delineamento das identidades masculina e feminina eram frutos de uma concepção essencialista do ser humano. Ela acreditava que a razão era uma característica exclusiva dos homens e a emoção das mulheres, donde advinha sua forma de ser e de se comportar no mundo. Como se referiu em discurso proferido no ano de 1907, sob o título “A mais bela missão da mulher”:

[...] é porque a natureza parece ter marcado entre os dois sexos essa distinção essencial: - para os homens, as lutas da inteligência; para a mulher, a soberania do coração, esta ordem não poderá ser alterada sem graves danos para a sociedade, para a família ou para o próprio indivíduo que a queira transformar.

A esse determinismo, que tantas conseqüências tem trazido para homens e mulheres e para a sociedade como um todo, ela rebate dizendo que as mulheres não nasceram totalmente desprovidas de inteligência nem os homens de sensibilidade, mas que o normal, o correto é que estes pensem e aquelas sintam. Os homens comandem e as mulheres obedeçam, entretanto, pela “doçura” muitas mulheres chegam a mandar mais do que os homens, o que não deixa de ser uma transgressão às normas naturais. Tal situação só seria aceitável quando o homem não soubesse dosar sua autoridade e se tornasse ameaça a uma boa causa.

Diante do “grave” perigo que significava a mudança dessa ordem “natural”, a escritora e educadora Amélia Rodrigues regozija-se por isso não estar acontecendo no Brasil nem naquilo que ela chamou de “mundo culto”, apesar de admitir que uma parte das mulheres estava se perdendo, ao se desviar do bom caminho, o cristão, o católico:

[...] graças a Deus não vingou no mundo culto essa absurda inversão de princípios e perigosa desordem de lugares, e aqui, na terra brasileira, onde todas as liberdades acham asas e todas as justas aspirações acham eco, a mulher é ainda o seio das nações sensatas; a rainha do lar, o anjo do sacrifício e da ternura, envolvendo o trabalho do homem como elo de amor.

Estava convicta sobre os papéis masculinos e femininos, de modo que não admitia que as mulheres nem a sociedade exigissem dele além do que ele podia ou devia fazer. Não competia a ele pensar no cuidado e na criação dos filhos, não competia a ele pensar no pobre, no desvalido, no doente. Dele deveria se esperar que mandasse construir asilos e hospitais, que votasse nas câmaras, que escrevessem livros, que desse a ajuda material ao necessitado. As questões sociais da pobreza, da orfandade, do desamparo moral deveriam ser cuidadas pelas mulheres, pois ele não poderia interromper seu trabalho para pensar nem cuidar delas.

A natureza feminina para ela é feita de amor, amor incondicional, amor materno. Na intenção de definir o que é uma mulher, ela caracteriza o que é e como se comporta a mãe, tão intrincada é a relação que ela estabelece entre as duas. Assim, a força do amor materno não tem limites, ela enfrenta perigos, coloca a vida em jogo e envergonha aquelas e aqueles que queiram fazer algum mal aos seus filhos.

A imagem dessa mulher mãe traçada por ela distancia-se do ser humano e se aproxima de entidades divinas. Algumas expressões são usadas para defini-la: “figura radiosa”, “bendita”, “sublime”, “sacrificada”. Como escreveu em seu famoso discurso pronunciado no dia 27 de outubro de 1921<sup>1</sup>:

[...] é a visão encantadora que há pouco entrevimos [...] a figura radiosa da esposa e da mãe cristã, a se erguer, a subir, toda de ouro, dentre as calígens sociais [...]. Ó tu, que guardas no seio a mais rica de todas as riquezas, a vida, a alma da humanidade, sê bendita, esposa e mãe! Que sublime que és, ainda mesmo dentro dos farras

pos da pobreza, e tanto mais sublime quanto mais sacrificada! Choras? Teu pranto é um orvalho que Deus fez cair, gota a gota, sobre as pedras do mundo, para que delas rebentem flores. Bendita sejas, mãe cristã!

A posição supra-real em que destina a mãe cristã, também será destinada à educadora, função a que ela articula com a primeira, como tendo o mesmo objetivo: educar, ensinar, cuidar, conduzir. Tais tarefas eram consideradas por ela como fundamentais em todos os momentos e locais, entretanto urgente nas primeiras décadas do século XX, quando o mundo passava por sérias crises e precisava ser reconstruído, o que não poderia ocorrer sem a mão firme e o pensamento conectado em Deus, como era próprio da mulher cristã. Para isso, as mulheres católicas e piedosas deveriam envolver-se com os problemas sociais e desabonarem o feminismo revolucionário<sup>2</sup>, pois Deus delimitou os direitos e os deveres de homens e de mulheres.

A convicção que os papéis de homens e mulheres eram demarcado pela sua natureza, a fazia colocar sérias ressalvas quanto à educação que deveria ser ministrada ao sexo feminino a fim de não desviá-lo do seu caminho “natural”. Preocupava-se com a educação que não servisse para moldá-la para o lar, para a modéstia e para o trabalho doméstico, bem como com aquela que lhe despertasse a vaidade, a preguiça e a futilidade.

No seu já comentado livro *Mestra e Mãe*, o assunto é tratado em sucessivas oportunidades, como na página 35, quando um pai aconselha-se com o padre local a respeito de enviar a filha para os estudos na Capital, ou continuar com sua educação em

casa. Na discussão, delineiam o perfil de mulher que precisariam formar, necessário à sociedade: aquele descrito na Bíblia:

[...] sou inimigo dos maus colégios e das moças embocadas. Quero a mulher dona de casa, modesta, trabalhadora. A mulher forte, que leio na Escritura. [...] creio que tirar a mulher desta posição que Deus e a natureza lhe marcaram não é progredir, é retroceder. E estou nisso com todos os homens sensatos do século – argumentou o pai.

É uma marca comum da época distanciar a mulher da vaidade, despertando-a para a modéstia e simplicidade. O argumento estrutura-se na moral cristã, como demonstra o trecho acima, tendo como espelho as mulheres do Evangelho. Essa se mistura com a moral vigente também fortemente religiosa, que exige do sexo feminino um comportamento moral adequado ao masculino, pela posição complementar que ela mantinha com ele.

O receio pode ser entendido destacadamente pela posição secundária por ela ocupada; todavia poderá levar a outras interpretações, como, por exemplo, a ruptura com a dominação masculina e com o papel de esteio familiar que vem assumindo. Como podemos inferir do trecho seguinte, escrito pela educadora à página 36 do livro *Mestra e Mãe*: “[...] fazer da companheira do homem um manequim de salão é atrofiá-la, torcer seu destino, mudar seu papel, preparar o descabro da família”.

A submissão da mulher ao homem só encontra concorrência com sua submissão a Deus. Afora isso, ele deveria reinar soberano, tendo a mulher como sua súdita mais próxima,



a quem competia satisfazer suas vontades e caprichos, promover sua tranqüilidade física e seu conforto emocional. Dado à significação do assunto nos permitiremos fazer uma longa citação da autora, pela fala de uma aluna da escola descrita no livro *Mestra e Mãe*, em um diálogo com a velha mestra que se propunha a prepará-las para o casamento. Assim a jovem descreve o seu programa para o casamento:

[...] Imagino, em primeiro lugar, que devo obedecer meu marido, que é o chefe da família; que devo respeitá-lo e amá-lo acima de tudo e só abaixo de Deus; que devo suportar os seus defeitos, e somente com brandura e afeto procurar oportunamente aconselhá-lo; que não devo aborrecê-lo com exigências, nem azedumes, nem zelos, nem recriminações; que devo fazer-lhe as vontades alegremente, ainda nas coisas que mais me desagradam, salvo se forem ofensas a Deus, a fim de evitar toda desarmonia e enfado; que devo cuidar das minhas obrigações domésticas com toda atividade possível: enfim, que devo fazer da casa um lugar que lhe seja agradável, para que ele não encontre outro em que esteja melhor e mais satisfeito do que no seio da família. (p. 320)

Entre os fantasmas acalentados pelo sexo feminino, encontrava-se o medo do abandono, da solidão, do desvalimento. Como viveriam sem os “favores” masculinos? Quem se responsabilizaria por elas? Quem cuidaria do seu sustento? Quem lhes daria a orientação a ser seguida na vida? São questões presentes no imaginário feminino da época, responsáveis, em grande parte, por suas renúncias, sublimações, auto-resignação. Logicamente construídos e alimentados por uma dialética de internalização de valores bem trabalhada pela família patriarcal, pela escola e por outras instituições sociais.

## A educação feminina

Amélia concede um grande valor à educação feminina tida como um “sol” a iluminar o seu caminho. Considerava que antes dela a mulher era um ser sem projeção, agasalhada na sombra e na falta de perspectiva. Apesar de reconhecer o valor do conhecimento e do intelecto, não os coloca como uma qualidade feminina e sim como uma herança do pai, do homem, a quem tradicionalmente tem sido conferida a razão.

Educar a mulher era uma necessidade urgente, pois a ela competia zelar pelo que de mais precioso o mundo possuía: “a alma de seus filhos”. Quanto ao seu sucesso nesse particular, a igreja católica e as protestantes se identificavam, pois entendiam que enquanto não se calasse a voz das mães cristãs, o cristianismo estaria preservado, pois:

[...] quem forma o grosso das fileiras de luz, quem combate com mais brio e conquistas mais lauréis nessa luta, sempre antiga e sempre nova, é a mulher mãe, a heroína do amor e da dedicação. (RODRIGUES, 1923, p. 10)

O reinado feminino doméstico era tido por ela e pela mentalidade coletiva da época como o mais alto degrau a que uma mulher poderia chegar, aquele onde ela estaria realizando seu destino e contribuindo com Deus e com a Nação. Entretanto, a educadora/autora exortava as mulheres a ampliarem sua ação com destino à sociedade, não no sentido de romper com os papéis exercido em casa e sim os repetindo no espaço maior, através do trabalho voluntário junto a instituições de caridade e outras de formação empenhadas na prevenção de “erros” morais.

Nisso elas deviam ser firmes e coerentes: se dessem uma ordem, não podiam dar uma contra-ordem, pois assim perderiam a confiança e o respeito dos outros. Claro que seria da “natureza” feminina, movida pelo amor, a ambigüidade e a indecisão, todavia elas deviam se esforçar para terem decisões únicas e inquestionáveis.

Os papéis que podiam exercer no espaço público são limitados, com destaque para o de professora e de escritora, ambos em decorrência do seu valor na prevenção dos desvios morais. Em alguns momentos a autora tratou o assunto. Destacaremos alguns deles: “[...] eu bem podia estar hoje uma senhora professora, ganhando meu vitenzinho do governo, se tivesse querido estudar. Hoje eu me arrependo, pois miolo não me faltou; só me faltou vontade”, escreveu em uma comédia infantil sob o título *Progresso feminino*. “[...] as senhoras podem e devem influir no ensino, particularmente no primário e no elementar, e na imprensa, cuja difusão, maior cada dia, exige tanta vigilância”, afirmou no artigo intitulado “Deveres sociais da Mulher”, do ano de 1915.

Já no seu livro *Mestra e Mãe*, escreveu:

[...] Mestra! É uma grande função. Depois do nome mãe, é o maior nome que existe. E devem unificar-se essas duas funções, esses dois nomes, para que se completem um ao outro. A mestra que não se faz mãe e a mãe que não se faz mestra faltam ao dever que Deus e a sociedade lhes impõem. Ensinar! Educar! Vazar a sua alma no seio dessas alminhas inocentes, modelar a cera branda desses coraçõezinhos puros[...] que sacratíssima tarefa, que belo itinerário para a vida!

Evidencia-se nos trechos citados que a sociedade da época colocava sobre a mulher uma grande responsabilidade: a de mensageira da ideologia vigente, professada pela igreja católica e pelas demais instituições sociais. Situação que se apresentava como meritória, como elevadora da condição feminina, porém, de fato limitante e escravizadora. Haveria espaço para as mulheres que não quisessem segui-la? Como elas seriam tratadas se não desejassem ser mãe? E mestra? A própria autora responde: seriam faltosas com Deus e com a sociedade, seriam, por sua vez, rotuladas, classificadas, punidas.

Naquele momento não havia espaço para mulheres livres, que tivessem projetos próprios e sonhos de viver para si e não para os outros. Como o “normal” era o contrário, ser um ser para os outros, viver para servir, para criar as condições para o crescimento do outros, pensar no seu seria um erro, punido com os rótulos de “programista”, desumana, mulher-macho, impatriota, pecadora. Que mulher gostaria ou teria estrutura para conviver com tamanha marca e exclusão? Como elas chegariam a isso, se eram educadas desde tenra idade para o contrário?

A recomendação para as mulheres não negligenciarem nessa formação é dada pela educadora através dos seus livros e artigos<sup>3</sup>. Em todos, além de recomendar leituras de formação moral para as futuras mães, também ensina que o momento certo para começar o processo de formação do caráter dos indivíduos deveria ser o mais cedo possível.

Tendo fundamentado a importância da educação feminina e os motivos principais que a justificaria, a autora elenca outras áreas de atuação da mulher, aceitáveis pela igreja e pela socieda-

de: participar de campanhas e competições em defesa da fé e da moral; fazer parte de organizações públicas que lhes permitissem intervir em situações ameaçadoras para ambas; participar do ensino e da difusão do conhecimento, como já mencionamos; participar de associações de caridade e beneficência; participar de campanhas contra a pornografia, o alcoolismo e a tuberculose; participar de movimentos de defesa e proteção da mulher trabalhadora.

Também nelas a maior promessa seria a atuação das mães. Aquelas de meia idade, ainda não cansadas pela ação do tempo e das doenças da idade, nem as jovens, tidas por ela como “cabeças vazias” e só preocupadas com o noivo, com as festas e nada mais. Porque, como escreveu no ano de 1923:

[...] a cabeça das velhas pesa e se inclina para o túmulo, como espiga cheia, a cabeça das raparigas se levanta ondulante, como espiga vazia, que o vento faz girar para um lado e outro, resta a cabeça das mães, —a cabeça das boas mães, que pensam no futuro de seus filhos e desejam um lar para suas filhas. (p. 30)

Reconhece que nem todas as mulheres, mesmo as de bom coração, não se achavam preparadas para as lutas sociais acima enumeradas, especialmente porque as escolas não ensinavam as habilidades que se faziam necessárias, restando-lhes o apoio técnico, espiritual e companheiro de associações cristãs, como a Liga Católica das Senhoras Brasileiras<sup>4</sup>.

Exorta as mulheres a participarem da Liga, em prol da realização das tarefas enumeradas, assim como de uma outra de igual valor: o reconhecimento da igualdade civil e jurídica da mulher ao homem, através do direito ao voto.

Nos idos de 20, a luta pelo voto feminino já havia se iniciado no Brasil, entretanto, sem sucesso<sup>5</sup>, a educadora era a favor do mesmo e lutava para isso, conhecia os avanços que o movimento havia conquistado no mundo<sup>6</sup>, defendia que as mulheres tinham capacidade intelectual e prática, entretanto possuía algumas dúvidas e receios: 1º- as mulheres não estavam preparadas para ele e poderiam votar pela cabeça dos outros; 2º- era preciso saber o que a religião católica ganharia com a participação política da mulher.

A essas duas questões, Amélia fez as seguintes conjecturas: a mulher não estava preparada para entender a importância do voto, com o que empatariam com muitos homens que também não estavam, entretanto, com elas, a educadora/escritora coloca outro agravante, o fato de serem mais influenciáveis. Como escreveu: “[...] estou a ver nossas melindrosas, cabecinhas aneladas e faces cor de rosa, a perguntar aos namorados: - em que candidatos você quer que eu vote?” (RODRIGUES, 1923, p. 26).

A fala da educadora é um misto de crítica e verdade. Esta porque é sabido que a política vem sendo uma área de pouco interesse da mulher e de pouco incentivo social sobre a sua participação<sup>7</sup>, decerto essa condição aliada a pouca informação e à ascendência que os homens vêm tendo sobre as mulheres as fariam, muito mais naquela época, a confiarem suas decisões às escolhas deles.

No segundo aspecto, mesmo pregando um feminismo conservador, como veremos adiante, ela deixa escapar que não concordava com a vida de sombras e improdutividade levada pelas

mulheres. Sua própria vida é um exemplo evidente que acreditava no potencial feminino e estava convicta que ele deveria ser aproveitado, tanto é assim que ela rompeu com o modelo tradicional apontado ao sexo feminino, de reclusão e não participação social e viveu de forma ativa, produtiva e participante.

A outra preocupação explicitada quanto à importância do voto feminino é de cunho religioso. O voto feminino deveria servir para a causa católica, para fortalecimento da fé e concretização das obras cristãs. Nisso algumas evidências alicerçavam suas inquietações, dentre elas o desinteresse das mulheres verdadeiramente cristãs para com a política e o culto ao materialismo preponderante na sociedade. Para ela, ir às urnas seria uma forma de reconstrução social, entretanto, não seria importante fortalecer o materialismo e o culto ao ter. Mas, sim, reconstruí-la com Deus e ela não via esse empenho evidente nos ideais femininos que estavam preocupados com as urnas.

Mesmo diante desses receios ela era favorável e lutava pela direito das mulheres votarem, pois, conforme externalizou na famosa conferência de 1923, havia precedentes, de outros países, como a Bélgica, onde o voto feminino tinha conferido a vitória ao partido católico, por outro lado, que elas eram mais sensíveis às causas do espírito por serem mais religiosas do que os homens.

Além desse argumento, ela usava outro de caráter pretensamente político, para defender o direito do sexo feminino votar que consistia em colocar a maternidade como um ato patriótico, por serem elas as matrizes geradoras dos soldados e futuros defensores da Pátria. Não podendo pegar em armas para

defender a Pátria, nem votar nem participar das questões políticas e econômicas, restava-lhe a “honrosa” missão de ser mãe dos soldados, dos ministros e dos legisladores. Através deles, em suas sobras, por extensão, elas eram tidas como verdadeiras patriotas, por gerarem, nutrirem e educarem os homens.

A missão das mulheres seria, sob o seu ponto de vista, a mais patriótica de todas, pois a Pátria não precisava do soldado cotidianamente na linha de frente, mas precisava do indivíduo educado, moralmente bem formado, do empregado fiel e do funcionário zeloso, seres formados no lar, sob a batuta da mãe, da mulher. Em suas palavras:

[...] Ora, a mulher que empenhar toda a sua consciência, todos os seus esforços para dar ao seu país bons e úteis cidadãos, não merece o glorioso nome de patriota? Aquela que ensina aos filhos o caminho da honra e do dever, a obediência às leis, o respeito às autoridades legalmente constituídas não será uma belíssima patriota? (RODRIGUES, 1929, p. 271-272)

Para ela não havia nenhuma dúvida, considerando-se que patriotismo consistia em amar a Pátria, querer o seu bem e trabalhar para o seu sucesso.

Quanto a algumas questões fundamentais no início do século XX, como o alistamento militar, ela rebatia com os mesmos argumentos:

[...] prefiro perguntar se a maternidade não pode e não deve ser considerada, sob o ponto de vista patriótico, o equivalente do serviço militar, e se não deve haver-se por quite do tributo de sangue quem, no meio das dores, gera os futuros soldados da Pátria. E ainda ousa perguntar se o direito do sufrágio deriva do pagamen-



to daquele tributo; então há que recusá-lo todos os que não passaram pelas casernas. (RODRIGUES, 1923, p. 23)

Todas os argumentos da educadora têm como verdadeiro objetivo transformar a sociedade a partir da atuação das mulheres católicas. Conforme dissemos, ela é um exemplo da mulher que pretendia que as demais fossem: trabalhadora, ativa, corajosa, abnegada e principalmente fiel à causa de Deus. Dentro dessa moldura elas podiam ser mãe, mestra, escritora, eleitora, desde que não se distanciassem dos princípios Católicos. Seu desejo é forte e pujante:

[...] Oh! eu quisera despertar todas as brasileiras católicas, sacudir-lhes os nervos frouxos, arranca-las à sua apatia criminosa e bradar a seus ouvidos: Levantem-se minhas senhoras! Levantem-se! Venham lutar! Vamos reagir! (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 29-30)

Não seria demérito à mulher defender seus direitos desde que isso não ferisse as regras morais e religiosas vigentes:

[...] defenda a mulher os seus direitos legítimos e justos, muito bem; cerque-se de garantias, porém que tudo isso tenha um eixo fixo – a fé religiosa; uma reta geratriz: o seu dever de companheira da família, missão para a qual Deus a criou. (*Ibid*, p. 33-34)

Diante desses limites, ela em nada altera a condição feminina, ao contrário, coloca sobre a mulher uma carga pesada e da mesma qualidade daquela que a sociedade patriarcal vem estabelecendo. A elas não competia o trabalho produtivo, salvo em situações de extrema pobreza e falta de apoio, também não deviam competir com os homens nas áreas comerciais, de investigação científica, indústrias e artes, sua atuação deveria ser sempre nas lutas a favor da caridade.

Para defender suas convicções, diz-se transgressora das definições da ciência moderna quanto aos argumentos a favor ou contra o tamanho do cérebro de homens e mulheres; da capacidade e inteligência de uns e de outros, pois seguiria apenas uma e única orientação: a divina, a natural. Nela, a soberania do homem estava nas questões que envolvessem a inteligência, e da mulher naquelas do coração. Mexer nessa ordem seria provocar danos à sociedade, à família e aos próprios indivíduos.

Dentre os danos possíveis, a educadora ameaça com o abandono do lar pelas mulheres e o sofrimento dos filhos, como veremos a seguir:

[...] o meu intuito é somente acentuar agora as duas trajetórias brilhantes que Deus apontou – porque Deus é quem dirige tudo – aos dois seres mais nobres da criação, trajetórias que jamais serão trocadas num país bem regido, onde os homens não queiram ver extinto o fogo sagrado de seus lares, pois, conseqüência inevitável, desaparecendo o conforto doméstico, e a educação da prole ficaria entregue ao ostracismo da indiferença ou dos cuidados mercenários. (*Ibid.* p. 55)

O assunto é exaustivamente discutido pela educadora/escritora. Em todos os momentos ela fala da mulher como o esteio da família e da necessidade de garantir sua permanência no lar, porque essa é a necessidade da sociedade e a vontade de Deus. Em uma comédia infantil escrita por ela no ano de 1924, a autora mostra aquilo que seria um desastre social: a mulher trabalhando fora do lar e o marido cuidando da casa e dos filhos. A “lição de moral” da peça diz que os papéis foram trocados e as conseqüências foram graves. Que houve um desvio de con-

duta, pois o lugar da mulher é no lar, seu trono é no seio da família e sua coroa deve ser feita com os espinhos do sacrifício e com os loiros da educação dos filhos.

Logicamente, o destino da mensagem não seria as crianças, para quem o texto é publicamente dirigido, e sim para as mulheres e seus maridos que decerto, naquele tempo, as acompanhava às atividades públicas. Era essa a escrita que ela considerava socialmente útil e da qual as mulheres sérias deveriam se responsabilizar. Capaz de inculcar valores, moldar o caráter e estabelecer comportamentos.

A preocupação em destacar a importância desse trabalho feminino pode ser identificada em todos seus escritos. O assunto da maternidade como uma atividade patriótica é central. No seu livro: *Mestra e Mãe*, ela coloca na boca da velha mestra e de suas alunas diálogos ilustrativos. Em muitos deles os papéis de homens e de mulheres são bem definidos, ficando os primeiros com a responsabilidade pelo sustento da casa e a guarda das adversidades externas e ela o cuidado com a saúde, educação das pessoas da casa e o cuidado com a limpeza, a comida e demais afazeres domésticos. Vejamos a conclusão a que chegou uma aluna sobre os ensinamentos da velha mestra a que elas chamavam de vovó:

[...] Vovó disse que assim como o pai de família tem o dever de defender a casa, quanto possa, de qualquer perigo externo, a mãe de família é obrigada a velar pela saúde e pela vida daqueles que estão debaixo do seu teto, prestando toda atenção à higiene doméstica. (RODRIGUES, 1929, p. 128-129)

Os papéis de homens e mulheres são, como vimos, bastante demarcados em sua obra e na sua prática educativa. Leva as

alunas do seu livro capital a chamarem a mestra de vovó, porque essas ainda não sabiam o verdadeiro significado de mestra que quer dizer, segundo ela, quase mãe. Ensina em sua escola modelo, descrita no livro *Mestra e Mãe*, aulas de Economia Doméstica, frisando que era dever da mulher saber, quando nada, administrar a casa e dirigir os criados, ficando responsável pelos erros praticados por esses. Também que é papel das mulheres se ocuparem com a educação das crianças, motivo que justificava um aluno do sexo masculino na classe das meninas porque o professor dos meninos não tinha habilidades para lidar com ele.

### Feminismo revolucionário e feminismo cristão

Amélia Rodrigues, ao lado de outras educadoras da época<sup>8</sup>, dispensaram atenção especial à educação feminina, especialmente da sua formação moral, visando responder a uma demanda delas, no que se referia a serem incluídas no modelo social, a fim de garantirem um movimento que não ameaçasse a estrutura familiar e social vigentes. Defendiam que as mulheres precisam ter acesso à educação e precisavam ser respeitadas socialmente, pois elas eram as primeiras educadoras e responsáveis por difundir a doutrina cristã, os valores morais e a cultura socialmente construída, entretanto era preciso fazer frente ao feminismo que buscava a igualdade delas com os homens, as conquistas que estivessem fora das leis do coração e do bom senso. Evitar as mulheres “arruaceiras e sem compostura”, as “anarquistas do lar”, como definia a educadora.

(RODRIGUES, 1921). Vejamos como ela se referiu a esse feminismo, a que chamava de mau:

[...] percorre o mundo civilizado, bem sabeis, minhas senhoras, uma agitação nova, no meio de tantas agitações, tão derramadas tão viscerais. É como um oscilar de ramos, um despertar de flores, um arrancar de frutos da árvore social. Esse movimento vai-se avolumando, vai-se chegando para nós, começou pequenino. Foi recebido a gargalhadas, foi desprezado. Por isso mesmo cresceu, e agora invade todos os países que almejam progredir. É o feminismo [...]

O assunto já havia sido tratado por ela em vários momentos anteriores, como ocorreu no ano de 1910, em artigo veiculado na revista *A Paladina*. Naquele momento já prevendo o que poderia acontecer no Bahia e no Brasil, em decorrência do que tomara conhecimento do ocorrido em outros países, ela exortava as mulheres a não pleitearem “pseudo-direitos”, como os masculinos, a não aceitarem o feminismo sufragista, perigoso, pois colocaria o lar e sua harmonia em jogo e sim o feminismo cristão<sup>10</sup>, que se faria buscando poder trabalhar em benéfico dos outros, sem prejuízos para a família e para a suposta natureza feminina.

Na conferência de outubro de 1921, ela define com mais clareza e precisão esse tipo de feminismo:

[...] defenda a mulher seus direitos legítimos e justos, muito bem; cerque-se de garantias, porém que tudo isso tenha um eixo fixo – a fé religiosa; uma reta geratriz: o dever de companheira do homem e mãe de família, missão para a qual Deus a criou.

Isso porque, conforme definiu:

[...] por feminismo entende, geralmente, a co-participação da mulher nos negócios públicos, a equiparação de seus direitos políticos aos do homem, finalmente, a sua emancipação completa, o que vale dizer, liberta-la dos moldes estreitos em que andava encerrada. (*op. cit.*, p. 11)

Situação a que ela entendia como ameaçadora e preocupante, assim, seria necessário dividir o feminismo em duas alas, uma considerada por ela como má, e que deveria ser evitada, chamada de “feminismo revolucionário” e outra saudável e que deveria ser perseguida: o feminismo cristão.

O primeiro teria como seguidoras mulheres sem juízo e boa formação moral, o segundo, mulheres honestas, visando apenas reconduzir questões que homens desonestos houvessem extrapolado e desvirtuado dos ensinamentos divinos. Com essas, elas não deveria compactuar e sim tentar reencaminhá-las. Desse modo, segundo escreveu:

[...] o ideal do bom feminismo, portanto, se desenha nítido, belo, sem confusão possível com o outro: é dar meios de existência menos dolorosa ao sexo feminino, sobretudo às pobres desamparadas, que precisam ganhar o pão como operárias, e cujos direitos tem sido postergados até hoje, numa injustiça que admira e revolta. (*op. cit.*, p. 47)

O argumento explicitado por ela, consistia em afirmar que somente com o Catolicismo a mulher foi valorizada, antes ela era objeto dos homens ou simples animal de carga. Todavia, ao longo de sua obra e em suas entrelinhas é possível fazer outro tipo de leitura quanto ao desabono do feminismo por ela temi-

do: o receio que as mulheres abandonassem os papéis de mãe, de companheira do homem e esteio da família. Como exteriorizou na referida conferência: “[...] não precisamos ser poetas para entender, para sentir a poesia da mulher, verdadeiramente mulher, com uma criança nos braços. É o maior encanto deste vale de lágrimas”. Aí se encontra o verdadeiro problema: o medo da desarticulação da família patriarcal e como conseqüência sua reestruturação, decerto em novas bases. A quem caberia o trabalho reprodutivo? Quem passaria a cuidar das atividades domésticas, necessárias à sobrevivência e à produção? Quem se dedicaria, sem restrições, ao bem-estar dos outros? A própria educadora/escritora fez algumas dessas perguntas: “[...] a criança! [...] que destino será o seu, meu Deus, nos escombros do lar despedaçado? Quem lhe porá estrelas de beijos na cabecinha irrequieta a ensinará a amar, se o amor casto e firme desaparecer, ficando em lugar dele um interesse brutal e passageiro! E finaliza fazendo o seguinte pedido às mulheres: “Por amor à criança devem cair os castelos todos de ambições femininas, por mais mirabolantes que possam ser”.

Em 1925, tratou do assunto em artigo publicado na revista *A Voz*. Nele, a autora educadora fala dos “avanços” que as mulheres galgavam, tendo acesso à educação, alargando sua visão de mundo e, principalmente, melhor enxergando as dores e o sofrimento dos outros em especial das “pobres” mulheres que eram obrigadas a deixarem o lar<sup>11</sup> e os filhos sozinhos para trabalharem por absoluta necessidade. Para ela, esse era o verdadeiro feminismo, aquele que conseguia sentir as “dores femininas” e “as angústias do lar”.

O conceito mais forte que ela adjudica às mulheres é o de “rainha do lar”, no firme propósito que ele superava todos os outros. Quanto às baianas, ela pede, suplica, que elas mantenham o coração fechado a qualquer influência das mulheres anarquistas, defensoras do feminismo revolucionário:

[...] enquanto rugem lá fora o feminismo desenfreado e o bolschecismo destruidor da ordem social, vosso coração é aqui, na Bahia, uma arca de ouro, a flutuar nas águas desse dilúvio de males, guardando em si o depósito do antigo amor<sup>12</sup> puríssimo, e das virtudes domésticas de nossas venerandas avós .

Com esse intuito, ela advoga a participação feminina, não nas esferas política ou produtiva, mas na moral. A mulher deveria ser capaz de analisar e dar parecer sobre os espaços a serem ocupados pelo sexo feminino, sobre o sistema de vida a ser levado, sobre o que deveria ser reformulado ou “purificado”.

As pessoas, em especial as mulheres, deviam agir dignamente em todo e qualquer lugar e situação. Deviam ser inteiramente mansas, boas e meigas, na alma e nas maneiras, ou seja na forma de se comportar.

Colocando-se no papel de uma dessas moralistas, referiu-se sobre o “feminismo revolucionário”, na entrevista de outubro de 1921, nos seguintes termos:

[...] não posso perdoar ao feminismo revolucionário a infeliz idéia de masculinizá-la, tirando-lhe a graça mimosa, a meiguice infantil, a inocência Angélica, fazendo dela um arremedo do homem, um ser híbrido, quase monstruoso. Isso é mutilar a alma social, é cometer uma profanação.



E conclui: “[...]depois de apagar a graça da mulher, o feminismo insensato apaga a doce figura da criança nos braços de sua mãe”.

São muitos os significados que o trecho sugere: em primeiro lugar o conceito de mulher que a educadora possuía: “ser meigo”, “mimoso”, “infantil” e “decorativo”. Também define o seu destino como preso à maternidade, ao cuidar e ao servir. Infere-se daí que a defesa que fez do Cristianismo por ter resgatado a condição feminina, tornando a mulher um ser e não um objeto do homem, não é tão bem elaborado por ela mesma. Segundo seus valores a mulher não é somente diferente do homem, é também desigual, não podendo ter os mesmos direitos, nem tentar conquistá-los, pois isso a distanciaria de sua verdadeira natureza.

### Aliança feminina

Como dissemos, com sua transferência para o Rio de Janeiro, ampliaram-se seus limites, colocando-a mais intensamente na função de escritora católica e militante do Feminismo Cristão. Para dar conta dos seus objetivos, criou no ano de 1919 uma “grande agremiação feminista”, denominada Aliança Feminina. Ao jornal *A Noite*, à época, ela explicou que a agremiação seguia o modelo de outras congêneres existentes na Europa e dos Estados Unidos, com sede no Rio de Janeiro, mas visando ramificar-se por todo o território nacional, com o objetivo de: “[...] congregar todos os bons elementos para uma ação mais intensa da mulher brasileira na sociedade” (ARAÚJO, 1961, p. 1).

Sobre o assunto, a mesma educadora já havia escrito anos antes:

[...] queremos implantar na terra de Santa Cruz a ação social religiosa feminina, alastrar de uma luz nova a alma das brasileiras, alma boa, alma valente e dedicada, que só precisa de impulso para tomar largo vôo e atirar-se no espaço do novo ideal. Nas nossas santas mãos esta a alavanca divina que pode dar esse impulso. (RODRIGUES, s/d)

O empenho em congregar as mulheres decorria da crença que elas eram mais religiosas, mais dedicadas, minuciosas, constantes e empreendedoras nas coisas do coração. Os fatos ocorridos em outros países confirmavam suas suposições, pois existiam obras femininas no <sup>13</sup> mundo todo, não restando dúvidas que elas venciam os homens nos “serviços de caridade”, porque sabiam amar mais do que eles.

Declaradamente uma instituição católica, de cunho educativo visando o alargamento da visão de mundo das mulheres, sem ultrapassar os limites impostos pela religião e sociedade. Assim professa que os cursos serão prioritariamente de formação para o lar, contendo disciplinas como Economia Doméstica e outras relacionadas ao seu “manuseio”, conforme suas próprias palavras.

Porém, mais importante do que manter a mulher no espaço privado da casa era garantir que ela seguisse tendo o comportamento moral socialmente esperado. Diante do que a agremiação se colocava como guardiã da moral e dos bons costumes, em especial fazendo o trabalho de prevenção:

[...] procurará também sanear o teatro, o cinema, a literatura, e purificar os costumes na família; desenvolverá a cultura do verdadeiro patriotismo; estimulará a proteção ao operariado, sobretudo às mulheres e à infância; trabalhará pela criação de bibliotecas e salas de leituras, palestras, e festas recreativas; repugnará pela igualdade civil e comercial e por outros ideais feministas. (ARA-UJO, 1961, p. 2)

Essa atitude encontrava ressonância no estado da Bahia, pois outras educadoras, por exemplo, Henriqueta Martins Catharino, dona de uma escola conceituada e voltada para uma clientela de camadas média alta da sociedade, desenvolvia em seu estabelecimento e na cidade atividades com o mesmo fim<sup>14</sup>. Também a educadora Anfrísia Santiago<sup>15</sup>, dona de um colégio feminino destinado à elite baiana, fazia parte da mesma campanha a favor de uma moral católica que reverteria em amor a Deus, à família e à Pátria. No interior, o destaque é para a educadora Guiomar Muniz Pereira, dona de um internato para moças na cidade de Nazaré das Farinhas, no Recôncavo Baiano, responsável pela educação de jovens da cidade e de cidades circunvizinhas.<sup>16</sup> Elas mantinham uma forte influência sobre os hábitos, costumes e modo de viver das famílias, através da formação das futuras mães e das atuais filhas, do mesmo modo, exerciam forte influência sobre a sociedade através das atividades oferecidas ao público, como festas, quermesses, competições esportivas, palestras etc., às quais acorria a sociedade orgulhosamente.

Em todas as oportunidades tinham o cuidado de alertarem as mulheres e as famílias sobre o chamado mau exemplo, dado por feministas revolucionárias, verdadeiros perigos para a sociedade

e para a Pátria. A elas é conferida a responsabilidade por modificarem os costumes, pregarem a dissolução das famílias e o ódio ao mando dos homens. Conforme suas palavras:

[...] as menos exaltadas, mas, embebedas da impiedade ambiente e agitadoras ainda mais perigosas, investiram contra os costumes. Pregaram a dissolução da família, o ódio ao homem como senhor e chefe, a união livre, a queda, enfim, de todo esse edifício luminoso e divino, que é uma ilha de amor e doçura no meio do oceano esbravejante das paixões e dos ódios – o lar cristão. (RODRIGUES, 1923, p. 14)

Qualquer atitude que diferisse dessa orientação era rechaçada com a mais cruel das atitudes, o descaso. Como ocorreu na década de 20, quando uma mulher professora, mesmo sem defender a igualdade entre homens e mulheres, proferiu conferências no Rio de Janeiro contrárias à obediência da mulher ao homem, a resposta de Amélia, dada também na famosa conferência intitulada “O Feminismo e o Lar”, é taxativa do seu desabono: “[...] nem me atrevo a reproduzi-la, nem vós a ouvireis de bom grado”.

Declarava-se a favor do feminismo, até mesmo uma militante pela causa feminina, desde que ele fosse o “bom feminismo”, o que luta por interesses materiais aceitáveis e prioriza a vida moral. As associadas ou admiradoras da Liga deveriam colocar-se a serviço da sociedade na luta a favor da juventude, na defesa da família, dos “bons costumes” numa verdadeira cruzada a favor da ação social, ampliando os limites da caridade e “preparando o terreno das almas para o trabalho sacerdotal”.<sup>17</sup>

O auxílio à ação da Igreja Católica é sua principal finalidade. Assim, exorta as mulheres a trabalharem com afinco no “campo de Deus”, a não procurarem imitar aqueles que buscam apenas resultados materiais e comparecem ao “Juízo final” com as mãos vazias. Também, que elas não deviam limitar suas ações aos familiares, devendo olhar mais longe, buscando atingir o próximo, organizando e protegendo obras preventivas dos desabonos morais, da miséria material, enfim, tornando-se úteis a si e à Pátria.

O trabalho social, uma das poucas ocupações conferidas ao sexo feminino, tem também o grande mérito, segundo a educadora e a mentalidade social da época, de ocupar-lhe a mente e o seu dia, sem gastá-lo na ociosidade.<sup>18</sup> Como escreveu: [...] se todos amassem o trabalho, certamente não veríamos tanta gente física e moralmente desgraçada” (RODRIGUES, 1929, p. 166).

Somente o egoísmo e o desamor a si e a Deus poderiam conduzir a mulher para outras paragens, pois, por natureza, ela era afeita ao amor, à caridade, à solidariedade. O egoísmo é tido como um dos maiores perigos, pois é a origem de todos os males e o maior inimigo da ação social. Contribuem com esse a ignorância e a falta de formação social, pois não existem escolas para tal ensino e muitas mães não estão preparadas para ensiná-lo a suas filhas.

Para iniciar por um exame de consciência, pergunta às mulheres/mães se elas se acham cumprindo o seu papel de formadoras da consciência moral dos seus filhos. Pergunta e pede que respondam com a mão no coração, quem retira das mãos dos filhos os jornais que narram os assassinatos, as torturas, quem impede

que seus filhos vejam filmes de terror, mortes ou sexo. Conclui com tristeza que elas estão negligenciando, considerando-se a mistura entre o bem e o mal que se vê na sociedade.

Apesar da constatação, não perde a esperança na capacidade das mulheres reverterem a situação, começando nos seus lares e rumado sociedade adentro. Elas possuíam todas as ferramentas necessárias, iniciando pelo amor, que segundo ela, fazia brotar prodígios; pela generosidade, própria da sua natureza, e pela persuasão a elas conferida pela condição de mães.

Dentre os exemplos de figuras femininas a serem seguidos, destaca D. Amélia de Orleans e Bragança, rainha de Portugal, a quem via na prática contínua da caridade, considerada pela educadora como a mais nobre forma de democracia. A figura em destaque havia exercitado tal democracia com humildade, socorrendo os doentes, aliviando a dor, matando a fome dos desvalidos, enfim, esse era o modelo a ser seguido pelas mulheres cristãs.

## Notas

<sup>1</sup> *O Feminismo e o lar.*

<sup>2</sup> O assunto será tratado em particular.

<sup>3</sup> A autora recomenda livros da Mme. Necker, *Educação progressiva e A mulher cristã*, todos sem maiores informações. Quanto aos livros de formação indicados para o sexo feminino, sugerimos a leitura do livro de Elizete Passos: *Mulheres moralmente fortes, 1992.*

<sup>4</sup> O assunto será tratado adiante.

<sup>5</sup> O voto só foi possível no ano de 1932.

<sup>6</sup> Como demonstra no texto “O Feminismo no Lar”, de 1923: “[...] desde muitos

anos, em alguns estados da Norte América, as mulheres votam; de 1913 para cá o feminismo político tem feito larga carreira. Na Alemanha republicana, na Holanda, na Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega, Bélgica, Inglaterra e Escócia, Irlanda e Canadá, até em Costa Rica e Nova Zelândia a cidadã concorre às urnas. E na Bélgica, ultimamente, foi um belo espetáculo a votação feminina. Mesmo as freiras clausuradas saíram dos conventos para votar – coisa que o mundo viu pela primeira vez, julgo eu”.

<sup>7</sup> O assunto foi analisado por Elizete Passos no livro *Palcos e platéias*, de 1999.

<sup>8</sup> Maiores informações, sugerimos a leitura do livro de Elizete Passos intitulado *O feminismo de Henriqueta Martins Catharino*, 1992.

<sup>9</sup> Conferência pronunciada para senhoras, no dia 27 de outubro do ano de 1921, intitulada O Feminismo no Lar.

<sup>10</sup> A preocupação da educadora/escritora com o assunto a fez criar, como dissemos no primeiro capítulo, a agremiação feminista intitulada: Aliança Feminina, no ano de 1919, no Rio de Janeiro, nos moldes da *Ligue Patriotique des Françaises*, de Paris, ou da *The Catholic Women's League*, de Londres. “[...] onde as senhoras da mais alta elite intelectual se ocupavam da solução prática dos problemas sociais”. Informações retiradas do texto de Itana Santos Araújo “Símbolos de Defesa da Mulher”, Salvador, 1961.

<sup>11</sup> Em suas palavras, o lar era: “o sacrário do puro amor!... a ,mais bela criação de Deus no paraíso! A concha dessa pérola que é a alma! Ecrínio que guarda as tradições da família e cujos sedimentos, cristalizados, são as tradições da Pátria! A chave do lar é o espírito cristão, que conserva, que purifica”. Amélia Rodrigues, *O feminismo no lar*, 1921.

<sup>12</sup> Amélia Rodrigues. *O feminismo no lar*, 1921.

<sup>13</sup> No seu livro: *Mestra e mãe*, a educadora exorta as meninas e jovens a participarem de agremiações religiosas destinadas à formação de mulheres para o lar: “[...] Ide, donzelas cristãs, à puríssima Escola de Maria. Fazei nela um curso completo de estudos. Aprendei aí a ser filhas, a ser esposas, a ser mães [...] ide! Ide! Não materialmente, não para ver e fingir. Ide com a singeleza da mais sincera disposição, com o fim único de aprender a praticar o bem, e de lá voltareis incomparavelmente mais formosas dessa formosura d’alma que vale mais que tudo e que é a mais preciosa auréola da mulher” (p. 219)

<sup>14</sup> Para maiores informações, consultar os livros de Elizete Passos: *O feminismo de Henriqueta Martins Catharino*, 1992, e *Mulheres moralmente fortes*, 1995.

<sup>15</sup> Também estudada por nós, mas ainda sem ser publicado.

<sup>16</sup> A educadora também foi estudada por nós, pois compõe a pesquisa “Educadoras Baianas:saberes e códigos morais”, apoiada pelo CNPq.

<sup>17</sup> Revista *Vóz*, novembro de 1915, n. 32, ano III.

<sup>18</sup> A visão católica sempre destinou grande valor à ocupação do tempo da mulher, por alguns motivos: por achar que ele é uma dádiva divina e deve ser ocupado com atividades sagradas e moralmente dignificantes; segundo, porque existia a crença que cabeça vazia era “oficina do diabo”, ou seja, os pensamentos poderiam deslanchar em idéias pecaminosas e ações perigosas e desabonadoras.



### Obras consultadas de Amélia Rodrigues

RODRIGUES, Amélia. “Cristo nas escolas”. *In: revista Voz da Liga Católica das Senhoras Baianas*, n. 10, ano I, Salvador, outubro de 1913.

RODRIGUES, Amélia. “Deveres Sociais da Mulher”. *In: revista A Voz*, Salvador, novembro de 1915, ano III, n. 32.

RODRIGUES, Amélia. “O Carnaval”, conferência proferida no Salão dos Vicentinos, no dia 28 de março de 1915, cópia encontrada na Biblioteca do Instituto Feminino da Bahia.

RODRIGUES, Amélia. “A família e o problema da felicidade”. *In: revista A Voz*, Salvador, setembro de 1920, ano IX, n. 9.

RODRIGUES, Amélia. “O feminismo e o lar”. Conferência pronunciada no dia 27 de outubro de 1921. Publicada *In: Ação Social Feminina*, n. 400, Leituras Católicas, ano XXIV, fac. 9 setembro, Niterói, 1923.

RODRIGUES, Amélia. *Mestra e Mãe*. Salvador, Escola Typographica Salesiana, 1929.

RODRIGUES, Amélia. Respeito à Igreja e aos seus representantes, *In: revista A Paladina*, jun. 1911, ano II, n. 6.

RODRIGUES, Amélia. “A mais bela missão da mulher”. Discurso proferido no ano de 1907.

RODRIGUES, Amélia. “Colégio dos Salesianos”. Texto encontrado em folhas soltas na Biblioteca do Instituto Feminino da Bahia.

RODRIGUES, Amélia. Flores a Santo Antonio. Artigo avulso, encontrado na Biblioteca do Instituto Feminino da Bahia, 1923.

RODRIGUES, Amélia. Idéias baralhadas. *In: revista Luz de Maria*, s/d, folhas soltas encontradas na Biblioteca do Instituto Feminino da Bahia.

RODRIGUES, Amélia. *Ação social feminina*. Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1923.

Revista *A Paladina*. Salvador, janeiro, 1910, n.1 ano 1.

RODRIGUES, Amélia. “Monte acima de volta”. In: revista *A Resposta*, novembro de 1923, n. 11, ano XIV.

REVISTA *A Vóz*, novembro de 1915, n. 32, ano III.

## Obras complementares

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. *Masculino/feminino: tensão insolúvel*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARROYO, M. G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomar a educação brasileira? In: *Educação e Sociedade*. São Paulo, n. 5, p. 5-23, Cortez, jan. 1980.

ARAÚJO, Itana Santos. *Símbolo de defesa da mulher cristã*. Salvador, Tipografia São Judas Tadeu, 1961.

BARROS, Lícia Margarida Senna Borges de. Relembrando Amélia. In: *Universitas, UFBA*, jan/março de 1987.

BRUSCHINI, M. C. *A Mulher e trabalho: engenheiras, enfermeiras e professoras*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 27, p. 5-19, FGV, dez, 1978.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia e educação. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 5, p. 24-40, Cortez, jan, 1980.

CHAGAS. V. *Formação do Magistério*. São Paulo Atlas, 1976.

CUNHA, Maria Isabel da. *O bom professor e sua prática*. São Paulo: Papirus.

CURY, Carlos, R. Jamil. *Ideologia e educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 1986.

DAMÁSIO, Jessé. Gabriela Mistral Brasileira., In: *A Tarde*, 1957. Fernández, Alicia. *A mulher escondida na Professora*, Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

HORTA, Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia. A educação no Brasil 1930/1945*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

HYPOLITO, Álvaro L. M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*, São Paulo: Papirus, s/d.

- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEWIN, H. Educação e força de trabalho feminino no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.32, p. 45-59, Cortez, fev. 1980.
- MORAIS, Régis de. *História e pensamento na educação brasileira*. São Paulo: Papirus, sd.
- NÓVOA, Antonio (org.). *Vidas de Professor*. Coleção Ciências da Educação, Porto: Editora LTDA, 1995.
- NÓVOA, Antonio. Para o estudo sócio-histórico da gênese do desenvolvimento da profissão docente. In: *revista Teoria & Educação*, n. 4. 1991.
- NOVAIS, Eliana Maria. *Professora primária - mestra ou tia*. São Paulo: Cortez, 1992.
- PASSOS, Elizete. *O feminismo de Henriqueta Martins Catharino*. Salvador: IFB, 1992.
- PASSOS, Elizete. *Mulheres moralmente fortes*. Salvador: IFB, 1993.
- PASSOS, Elizete. *A educação das virgens*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula, 1995.
- PASSOS, Elizete. *Palcos e platéias*. Salvador: NEIM, 1999.
- PIMENTEL, Maria da Glória B. *O Professor em construção*. Campinas: Papirus, 1994.
- RICH, John Martin. *Bases humanistas da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: *Os pensadores*, São Paulo: Abril Cultural.

Este livro foi publicado no formato 140x170 mm  
Miolo em papel 75 g/m<sup>2</sup>  
Impressão de capa e acabamento:  
ESB Serviços Gráficos



## *Dados sobre a autora*

---

**Elizete Passos** é Professora Universitária, pesquisadora e escritora. Licenciada em Filosofia, Mestra e Doutora em Educação, há muitos anos vem pesquisando sobre a educação feminina na Bahia e orientando teses e dissertações sobre o assunto. Acerca da temática, tem vários livros e artigos, destacando-se os seguintes livros: *O Feminismo de Henriqueta Martins Catharino*, *Mulheres Moralmente Fortes*, *De Anjos a Mulheres*, *A Educação das Virgens e Palcos* e *Platéias*.

